

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISADORA LENZI MICHEL

A TORTURA E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS
DELEGACIAS BRASILEIRAS

CURITIBA
2014

ISADORA LENZI MICHEL

A TORTURA E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS
DELEGACIAS BRASILEIRAS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito, no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Clara Maria Roman Borges

CURITIBA
2014

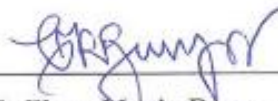
TERMO DE APROVAÇÃO

ISADORA LENZI MICHEL

**A TORTURA E A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS DELEGACIAS
BRASILEIRAS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Professora Orientadora



Prof. Dr. Clara Maria Roman Borges

Departamento de Direito Penal e Processual Penal
Universidade Federal do Paraná

Membros da Banca



Prof. Dr. Francisco de Assis do Rego Monteiro Rocha Jr.

Departamento de Direito Penal e Processual Penal
Universidade Federal do Paraná



Flávio Bortolozzi Jr.

Doutorando em Direito
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 26 de novembro de 2014

Dedico este trabalho a todos os
homens e mulheres que tiveram suas
vidas destruídas pela tortura.

AGRADECIMENTOS

São muitos os amigos e amigas aos quais gostaria de dedicar um pedacinho deste trabalho – embora saiba não ser capaz de transformar sentimentos tão lindos em palavras.

Em primeiro lugar, à minha amiga-mãe, que sempre preencheu minha vida com carinhos, cuidados e com este amor gigantesco que só uma mãe pode dar. Desde o banho de lama até as frutas cortadinhas enquanto escrevia a mono, foi sempre ela que esteve ali me dando forças para continuar.

Ao meu maior exemplo, amigo-pai, que sempre me ensina as maiores lições, sempre me dá os melhores conselhos e cujo jeito de ser e sabedoria tanto admiro e busco seguir em cada passo. Se um dia conseguir ser a metade do que você é em caráter, lealdade e determinação, me darei por satisfeita.

À minha amiga-irmã, que transformou minha vida desde o dia em que nasceu, tornando-a incomparavelmente mais alegre e colorida. Espero sempre poder ser para você o apoio que você é para mim. Eu te amo mais do que tudo!

A todos os meus familiares, que com tanta paciência entenderam minha ausência nos últimos meses. Sou muito grata por ter cada um de vocês ao meu lado – em especial minha querida Farah, amiga desde sempre e para sempre.

A todas aquelas amigas que há tantos anos conquistaram o meu coração e com as quais compartilhei os momentos mais especiais da minha vida, em especial a Paola Menegotto, a Katherine Sánchez e a Ana Paula Bim.

Às minhas queridas amigas, Alessandra e Alani, companheiras de monografia e monitoria. A maior sorte que tive este ano foi poder estar mais perto de vocês e ganhar duas amigas tão especiais. Espero caminhar muito com vocês ainda!

Um agradecimento muito especial à minha maravilhosa amiga, Sabrine, aquela que esteve comigo do primeiro ao último ano da faculdade, sempre me confortando, me incentivando e me inspirando com o seu lindo jeito de ser!

Às minhas meninas, Carolina, Camila e Fernanda, que me receberam com todo o carinho quando entrei na nova turma. O amor que tenho por vocês é infinito, e toda dificuldade parece pequena quando estou com vocês!

À minha turma, da qual me orgulho a cada dia mais. Nunca imaginei que poderia me sentir tão ligada a um grupo, tão parte de um todo, e já estou morrendo de saudades de cada um de vocês!

À minha querida orientadora, Professora Clara Maria Roman Borges, pela orientação dedicada, pelo exemplo a ser seguido e por todas as aulas maravilhosas que desde o primeiro dia tanto me encantaram.

E a Deus, por tudo.

“Entregaram uma noiva furada para um noivo sorrindo/ uma senhora sem um dente para dois filhos chorando/ um velho de muletas para um velho de barbas/ um moço mancando para uma senhora gritando alegre/ um moço sonâmbulo para uma senhora assustada/ uma moça de pernas abertas para um senhor de óculos escuros/ uma moça de seios queimados para ninguém esperando/ um moço de pernas incontroláveis para o canto da calçada esperando alguém/ um homem de cabeça baixa para ninguém esperando/ um homem de costela quebrada para uma família sorrindo/ um homem de olhos assustados para uma senhora aliviada/ [...] uma coisa para uma coisa/ um coisa para um coisa/ uns coisas para uns coisas”.

Trecho do conto *A casa de vidro*, de Ivan Angelo

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a permanência da prática da tortura nas delegacias brasileiras, a qual costuma ser justificada por uma suposta necessidade de extração de informações dos suspeitos da prática de delitos. Apesar de toda a regulamentação legal que proíbe este tipo de violação, a tortura é aceita por uma parcela considerável da sociedade brasileira, o que parece indicar que a sua rejeição não se consolidou plenamente nem mesmo no plano do discurso. A partir da análise dos três pilares que sustentam a prática da tortura contemporânea – quais sejam a banalização da violência, a desvalorização da figura do infrator e a crise do sistema de polícia – é possível perceber que o enfrentamento do problema passa por uma necessária mudança cultural. Contudo, algumas medidas pontuais são apresentadas como possibilidades de redução dos riscos de ocorrência deste crime, a fim de se alcançar resultados mais rápidos e proteger este grupo especialmente vulnerável à violência policial.

Palavras-chave: Tortura. Mito da verdade no processo penal. Banalização da violência. Desvalorização da figura do infrator. Crise do sistema de polícia. Transformação cultural.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A TORTURA PRATICADA HOJE NAS DELEGACIAS BRASILEIRAS	13
2.1 DADOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA TORTURA	13
2.2 O MITO DA VERDADE E A REAL FINALIDADE DA TORTURA	22
3 A TORTURA CONTEMPORÂNEA E SEUS TRÊS PILARES	34
3.1 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA	34
3.2 A DESVALORIZAÇÃO DA FIGURA DO INFRATOR	39
3.3 A CRISE DO SISTEMA DE POLÍCIA	47
4 PROPOSTAS DE COMBATE À TORTURA	52
4.1 UMA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL	52
4.2 MEDIDAS PRÁTICAS E EFICIENTES	60
5 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a tortura, para determinada parcela da população brasileira, remete àquelas práticas de suplício que caracterizaram, por exemplo, a Inquisição Medieval. A caça às bruxas, as execuções violentas realizadas em praça pública e o espetáculo dos rituais “bárbaros” praticados sobre o corpo dos acusados seriam características de uma época sombria há muito superada. A tortura desperta, ainda, lembranças acerca da escravidão, assim como memórias do holocausto e diversos outros momentos históricos marcados pela presença de governos autoritários e por violações constantes dos direitos mais fundamentais aos seres humanos. Recentemente, com a criação da Comissão Nacional da Verdade¹ pela lei nº 12.528/2011, voltou a se discutir mais intensamente a tortura e outros crimes praticados durante o período da ditadura militar brasileira. O tema da tortura, portanto, é tido por muitos como algo do passado, como um crime característico de sociedades bárbaras ou períodos excepcionais e para o qual não há espaço dentro de uma democracia.

De fato, o exercício de violência física ou psicológica, em especial quando praticada por aqueles que detêm o poder, é, sem sombra de dúvida, incompatível com uma sociedade que se diz democrática. Nossa Constituição Federal estabelece expressamente que ninguém será submetido à tortura² e diversos tratados internacionais assumidos pelo governo brasileiro proíbem a sua prática³. Mas, ainda assim, a tortura permanece.

Se existe, de um lado, aquela parcela da população para a qual a tortura pertence a um passado distante, nota-se, de outro, um número bastante significativo de indivíduos para os quais a tortura é, ainda hoje, uma realidade. Para estes, choques elétricos, surras, estupros, execuções simuladas, queimaduras, privações de sono e outros tipos de agressão não são apenas

¹ A qual tem a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos praticadas durante o período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, de acordo com o artigo 1º da lei nº 12.528/2011.

² Constituição Federal, artigo 5º, III.

³ Alguns exemplos são a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

palavras, são rotina. E não importa o quanto se insista, no plano teórico, em reafirmar a sua proibição; eles não estão a salvo.

Em carta recente enviada ao Congresso Nacional, a organização não governamental *Human Rights Watch* afirmou que, embora seja difícil determinar a total dimensão da prática da tortura no Brasil, é possível perceber que os casos analisados pela ONG não são incidentes isolados, mas sim parte de um problema muito mais amplo⁴. Neste mesmo sentido, a Anistia Internacional apontou, em relatório de maio do presente ano, que é impossível dizer quantas pessoas foram torturadas durante o último século, década ou ano, embora constem evidências irrefutáveis de que em pelo menos três quartos dos países do mundo – dentre os quais vários signatários da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas – a tortura ainda é sistêmica, representando uma verdadeira crise global⁵.

Não restam dúvidas, portanto, de que o tema da tortura é bastante atual, sendo reconhecido por diversas organizações internacionais e pelo próprio governo brasileiro⁶ como um problema a ser enfrentado. Contudo, é preciso ter em mente qual o tipo de tortura que se pretende abordar, tendo em vista a amplitude do termo – o qual pode apresentar significados bastante diversos dependendo do lugar e do período analisados. Neste sentido, Ana Lúcia Sabadell aponta que, a depender da definição de tortura que adotamos, se for demasiadamente ampla e abranger fenômenos extremamente diferentes, o entendimento de suas funções poderá ser prejudicado⁷, bem como não será possível destacar as suas peculiaridades⁸.

⁴ HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.hrw.org/node/127676>>. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

⁵ AMNESTY INTERNATIONAL. Relatório de maio de 2014. **Torture in 2014: 30 years ok broken promises**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <www.amnesty.org/en/library/asset/ACT40/004/2014/en/96fde57f-61d9-487b-90dc-7da21c6c505d/act400042014en.pdf>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

⁶ Conforme buscaremos demonstrar, no primeiro capítulo do presente trabalho, destacando as diversas medidas já adotadas no Brasil como tentativas de se combater a tortura.

⁷ SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione: tortura e processo penal na Península Ibérica (séculos XVI-XVII)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006, pg. 34-35.

⁸ SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal: a pesquisa historiográfico-jurídica sobre a tortura**, In: Vera Regina Pereira de Andrade (Org.). *Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, pg. 15.

O presente trabalho pretende analisar uma modalidade específica de tortura presente no Brasil contemporâneo: aquela praticada por agentes públicos dentro das delegacias de polícia. A opção pela análise restrita ao Brasil contemporâneo exclui, por óbvio, toda espécie de tortura praticada em outros momentos históricos e, sobretudo, em outras localidades, já que cada uma delas foi fruto de seu tempo e apresentava características próprias, não sendo possível compará-las com a peculiar experiência atual brasileira. Um único recorte histórico será feito, com maior profundidade, abordando a tortura praticada pela Inquisição e pelo próprio Judiciário durante as épocas Medieval e Moderna, justamente com a finalidade de demonstrar a radical distinção entre elas e a tortura objeto deste trabalho. Ademais, alguns elementos pontuais da tortura praticada durante as ditaduras brasileiras serão resgatados a fim de se comprovar a tese central defendida quanto à finalidade da tortura contemporânea. De resto, não se pretende buscar origens históricas e nem mesmo organizar uma linha contínua e evolucionista do crime de tortura, justamente por não se acreditar neste tipo de abordagem⁹.

Quanto à opção pelas delegacias de polícia, cumpre ressaltar que a prática da tortura não se restringe a este tipo de estabelecimento, podendo ocorrer desde dentro de penitenciárias até mesmo nas ruas, no interior de residências e viaturas policiais¹⁰. Contudo, os casos registrados de ocorrências em delegacias apresentam uma peculiaridade bastante interessante: a justificativa da busca pela verdade. A ideia de que a violência física ou psicológica empregada nestes espaços constitui-se como um método de investigação, a fim de se obter informações ou a própria confissão, é frequentemente aceita sem maiores questionamentos¹¹. A fim de demonstrar a

⁹ Como bem explica Ana Lúcia Sabadell, não é correto afirmar a existência de uma única linha, linear e contínua, de desenvolvimento na sociedade, e a visão evolucionista que busca situar o direito contemporâneo em uma posição privilegiada em comparação com o direito de outras épocas é bastante equivocada. “A visão evolucionista examina o passado através da lente do presente e por esta razão não pode restituir a experiência jurídica do passado”. SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 24-25.

¹⁰ Estes locais, dentre outros, foram constatados pela *Human Rights Watch* nos casos por ela analisados. HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Reformas Foram Insuficientes para Coibir Tortura**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.hrw.org/pt/news/2014/07/28/brasil-reformas-foram-insuficientes-para-coibir-tortura>>. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

¹¹ Neste sentido, Luciano Mariz Maia, SubProcurador-Geral da República e representante da Rede Brasileira Contra a Tortura, afirmou que “A tortura ocorre com mais frequência, portanto, nas delegacias de polícia, como método de investigação, para obter informações ou confissão, e nos

inconsistência de tal justificativa é que se delimita, portanto, o âmbito de análise.

Ainda no que se refere à delimitação do tema, verifica-se que a tortura praticada nas delegacias pode ter como autores os próprios presos¹², e não somente agentes públicos. É interessante notar, inclusive, que a lei de tortura brasileira apresenta a peculiaridade de admitir a tortura praticada por particulares – diferentemente da Convenção contra a Tortura da ONU¹³ e da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura¹⁴, as quais exigem a autoria ou a participação de agente do Poder Público para a configuração do delito¹⁵. O estudo que se pretende, no entanto, não irá abordar esta

estabelecimentos prisionais, como modo de punir e castigar”. MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/latina/maia.htm>. Última atualização em 17 de julho de 2014. Ainda, a Pastoral Carcerária destacou, em relatório recente, que a finalidade fundamental da tortura praticada por policiais civis é a obtenção de confissões ou informações. PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Relatorio_tortura_revisado1.pdf>. Última atualização em 17 de julho de 2014.

¹² Dentre os casos de tortura analisados pela pesquisadora Maria Gorete Marques de Jesus, grande parte dos que envolviam presos como autores da tortura diziam respeito a detidos provisórios em carceragens de distritos policiais. JESUS, Maria Gorete Marques de. **Tortura: Como São Julgados Esses Crimes no Sistema de Justiça**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). Tortura na Era dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, pg. 427.

¹³ Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, artigo 1º - Para os fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; **quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência**. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

¹⁴ Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, artigo 3º - Serão responsáveis pelo delito de tortura: a) **Os empregados ou funcionários públicos que, atuando nesse caráter, ordenem sua comissão ou instiguem ou induzam a ela, cometam-no diretamente ou, podendo impedi-lo, não o façam**; b) As pessoas que, **por instigação dos funcionários ou empregados públicos a que se refere a alínea a**, ordenem sua comissão, instiguem ou induzam a ela, comentam-no diretamente ou nela sejam cúmplices.

¹⁵ Este aspecto da lei brasileira foi bastante criticado por diversos juristas, alegando-se que a inclusão dos agentes privados poderia enfraquecer o impacto global da definição, além de contrariar uma característica histórica e semântica da tortura, a qual estaria tradicionalmente relacionada à busca de provas pelas autoridades, colocando suas vítimas em situação de especial vulnerabilidade. Contudo, o próprio Comitê de Direitos Humanos da ONU não exige o envolvimento em qualquer grau de um agente público para que o ato seja definido como tortura. Há, portanto, quem considere a lei brasileira inovadora, ao alcançar várias situações reclamadas em âmbito internacional, seguindo uma nova tendência. Neste sentido, ver MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]; FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura: um manual para juízes, promotores,**

possibilidade, uma vez que ela se apoia em justificativas e finalidades próprias, que não a busca pela verdade.

Tendo sido apresentados os limites da análise, cabe apontar a hipótese que se pretende comprovar: a de que a tortura praticada atualmente nas delegacias brasileiras, apontada como uma forma de combate à criminalidade e justificada por uma suposta necessidade de se descobrir a verdade, tem como real finalidade a humilhação e destruição da personalidade do indivíduo. Acredita-se que a banalização da violência, a desvalorização da figura do infrator e a falta de estrutura e capacitação da polícia contribuem para que o problema da tortura esteja longe de ser solucionado. Contudo, pretende-se apresentar algumas propostas pontuais de combate a esta prática, as quais podem mostrar-se bastante eficientes para diminuir o número de torturados no Brasil.

Este é, portanto, o caminho que se pretende percorrer. Antes de iniciá-lo, contudo, uma última explicação se faz necessária: no início dos capítulos, serão transcritos pequenos trechos do conto de Ivan Angelo, *A casa de vidro*¹⁶, os quais servirão para dar o tom do que se pretende discutir em cada momento. O conto trata de uma prisão com paredes de vidro, montada por agentes de um governo extremamente repressor, a fim de, através da análise das reações do público ao observar as pessoas detidas, verificar o grau de adesão social ao regime. Este dispositivo alegórico criado pelo autor é passível de diversas interpretações, dentre elas uma referência à passividade com que vários setores da sociedade se comportaram diante da nova ordem instaurada pelo golpe de 1964¹⁷. Considerando-se, assim, a maneira como Ivan Angelo retrata com singular sensibilidade a reação das pessoas à tortura, esta parece ser uma boa introdução para os assuntos que se pretende discutir.

defensores públicos e advogados. Brasília: International Bar Association (IBA)/Ministério das Relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011, pg. 21 e 109; e AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line];

¹⁶ ANGELO, Ivan. **A casa de vidro.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/Contos+Cru%C3%A9is.pdf>. Última atualização em 06 de setembro de 2014.

¹⁷ TRONCA, Italo Arnaldo. **Trinta anos de Brasil: história, ficção e violência a propósito da violência em Hannah Arendt.** In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, Pg. 317.

2 A TORTURA PRATICADA HOJE NAS DELEGACIAS BRASILEIRAS

“O jornal falou que tem tortura aí. Dá pra ver alguma coisa?”
“Eu não vi. Tortura, tortura mesmo, não vi não. De vez em quando a
gente vê, ali naquelas salas do meio, parece que ali é onde prestam
depoimento, ali a gente vê umas porradas, uma queimadinha de
cigarro, um beliscão num peitinho. Mas tortura que a gente chama de
tortura ainda não vi não”.
 Ivan Angelo, 2006.

2.1 DADOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA TORTURA

A mobilização mundial em torno do combate à tortura se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁸ por sua Assembleia Geral, em 1948. Neste momento, governos do mundo todo reconheceram a importância de se proteger determinados bens jurídicos, agora tidos como inerentes a todo ser humano¹⁹. Foi aqui que o direito de viver livre da tortura passou a ser defendido internacionalmente²⁰.

Diversos tratados e convenções internacionais foram elaborados nas décadas seguintes – em especial no âmbito das Nações Unidas –, alguns dos quais apenas mencionavam a proibição da prática da tortura²¹, enquanto outros tratavam especificamente do tema²². Dentre todos estes instrumentos, teve especial importância a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1984, por oferecer passos concretos para o banimento da tortura no mundo. A fim de acompanhar estes instrumentos, a ONU criou ainda uma série

¹⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 5º, III - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

¹⁹ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída e instrumento para a simulação do réu confesso**. Curitiba, 2011, 272 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, pg. 24.

²⁰ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

²¹ Dentre eles, destacam-se o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 (artigo 7º), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 (artigo 5º) e, mais recentemente, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional de 2002 (artigo 7º).

²² Com especial destaque para a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 1984, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura de 1985 e, mais recentemente, o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 2002.

de organismos responsáveis por monitorar o cumprimento das normas pelos países signatários, bem como oferecer orientações sobre como estas devem ser interpretadas²³. Por fim, vários mecanismos foram criados pela Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos com o propósito de examinar tipos específicos de violações em qualquer lugar do mundo, os quais são criados por resolução em resposta a situações particularmente preocupantes²⁴. Será de especial importância, para o presente trabalho, a figura do Relator Especial sobre a Tortura da ONU, um órgão criado em 1985 com a finalidade de examinar práticas internacionais relativas à tortura em qualquer Estado, independentemente de estar vinculado ou não a determinado tratado.

Toda essa estrutura internacional pensada para combater as violações de direitos humanos, em geral, e a prática da tortura, em particular, apontam para um reconhecimento acerca da importância do tema. Contudo, como bem apontado no Relatório da Anistia Internacional publicado em maio deste ano, existe um abismo entre as promessas feitas por nossos representantes quando da assinatura da Convenção da ONU, 30 anos atrás²⁵, e suas atitudes atuais. Falando especificamente sobre a América Latina, a Anistia afirmou que a incorporação da tortura como crime específico e a criação de comissões de direitos humanos, na maior parte dos países latino-americanos, não foi acompanhada pela investigação efetiva das denúncias de abuso, de modo que os perpetradores da tortura raramente enfrentam a justiça²⁶. Esta crítica feita pela Anistia, como se buscará demonstrar na sequência, é perfeitamente aplicável à realidade brasileira.

O movimento de inclusão da proibição da tortura na legislação brasileira começou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual determinou que ninguém será submetido à tortura²⁷ e que sua prática constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, respondendo por ele os

²³ Como, por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos, responsável pelo monitoramento do Pacto sobre Direitos Civis e Políticos, e o Comitê contra a Tortura, que monitora a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

²⁴ Para aprofundamento acerca dos organismos e mecanismos criados pela ONU, ver FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 28 e ss.

²⁵ Note-se que, embora a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes tenha sido adotada pela ONU em 1984, ela só foi aprovada e ratificada pelo Brasil em 1989, há 25 anos, portanto.

²⁶ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

²⁷ Constituição Federal, artigo 5º, III.

mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem²⁸. Note-se que, antes de 1988, a única Constituição brasileira que fez referência à tortura foi a de 1824²⁹, ao abolir a tortura e outras penas cruéis³⁰. Quanto às demais normativas, verifica-se que a tortura não foi mencionada em nossos Códigos de Processo Penal até 2011³¹, e que foi tratada apenas pelos Códigos Penais de 1890³² e de 1940³³ – mas somente como circunstância agravante ou qualificadora da pena em outros tipos penais, e não como crime específico³⁴.

A criminalização da tortura, portanto, faz parte das demandas trazidas pela sociedade na ocasião da elaboração da Constituição Federal de 1988, como parte de uma onda de redemocratização pós-ditadura ocorrida no final da década de 80³⁵. Foi neste período, inclusive, que o Brasil se tornou signatário da maior parte dos instrumentos internacionais e regionais voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos – tais como a Convenção Americana de Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e

²⁸ Constituição Federal, artigo 5º, XLIII.

²⁹ Constituição Política do Imperio do Brazil de 1824, artigo 179 - A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. [...] XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.

³⁰ Quanto a esta abolição da tortura e demais penas cruéis, no entanto, note-se que se referiu somente aos homens brancos. Sobre o tema, Nilo Batista explica que “tais contradições podem ser ilustradas com a verificação de que a Constituição de 1824 abolira a pena de açoites, não obstante prevista apenas para os escravos pelo código criminal de 1830 e largamente aplicada: a abolição constitucional era sem dúvida uma ‘ideia fora do lugar’. As ‘luzes’ se refletiam apenas nos corpos brancos, pois aos escravos só eram aplicáveis as penas de morte, galés e açoites”. Ver BATISTA, Nilo. **Os sistemas penais brasileiros**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/Nilo.pdf>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

³¹ Código de Processo Penal, artigo 323 - Não será concedida fiança: [...]II - nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos; (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

³² Código Penal dos Estados Unidos do Brazil de 1890, artigo 182 - Causar á pessoa reteuda ou seqüestrada mãos tratos, em razão do logar e da natureza da detenção, ou qualquer tortura corporal: Pena de prisão cellualar por um a tres annos.

³³ Redação original do Código Penal de 1940, artigo 44 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...]II - ter o agente cometido o crime: [...] e) com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum; artigo 121 - Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte annos. [...] Homicídio qualificado § 2º Se o homicídio é cometido: [...] III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; [...] Pena - reclusão, de doze a trinta annos.

³⁴ Tais previsões permanecem atualmente, após alterações do Código Penal de 1940, nos artigos 61, II, d e 121, §2º, III.

³⁵ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

Políticos³⁶ –, bem como dos instrumentos específicos sobre a tortura – como a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura³⁷. Além disso, após a promulgação de nossa Constituição, foram aprovadas várias leis voltadas justamente para a proteção dos direitos daqueles segmentos da população que corriam maior risco de serem torturados, tendo como grande exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente³⁸.

Contudo, apesar dos compromissos internacionais firmados e da própria previsão constitucional, a criminalização efetiva da tortura através de uma lei específica – para além da situação prevista no ECA³⁹ – só se deu em 1997, através da lei nº 9.455. Foi através deste instrumento, portanto, que se incorporou concretamente a Convenção contra a Tortura da ONU à legislação nacional. Até então, a tortura somente era prevista como agravante ou qualificadora em outros crimes, como já mencionado, e os policiais que a praticassem eram processados pelos crimes de abuso de autoridade, lesão corporal ou maus tratos⁴⁰. É possível perceber, portanto, que a criminalização da tortura é bastante recente.

Desde a edição da referida lei, diversas ações foram tomadas a fim de se implantar uma cultura de respeito aos direitos humanos e de se combater o problema da tortura no Brasil. Um marco nesta luta foi a visita do Relator Especial da ONU, *sir* Nigel Rodley, no ano de 2000, a convite do governo brasileiro. Com base no relatório por ele publicado no ano seguinte – o qual reiterou a gravidade dos casos e o uso endêmico da tortura por policiais e agentes penitenciários brasileiros –, foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tema no Congresso Nacional, além de ter sido firmado um Pacto Nacional contra a Tortura, envolvendo diversas entidades e

³⁶ Ambos promulgados no Brasil em 1992.

³⁷ Ambas aprovadas pelo Congresso Nacional brasileiro em 1989.

³⁸ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, pg. 325.

³⁹ Até a edição da lei de tortura brasileira em 1997, a tortura só era crime quando praticada contra crianças e adolescentes, em razão do artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual tipificava como crime “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, a tortura”.

⁴⁰ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

representantes dos três poderes. Em decorrência deste pacto, em 2001 foi organizada a Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura, que tinha por objetivo criar condições para identificar, prevenir, enfrentar e punir a tortura através do esforço conjunto e articulado entre organizações da sociedade civil e instituições públicas⁴¹. Foi criada ainda uma central de denúncias – a SOS Tortura –, organizada para receber denúncias e encaminhá-las às autoridades competentes⁴². Em 2003 foi assinado o Protocolo de Ação contra a Tortura, a fim de identificar os fatores que dificultavam a eficácia do combate à tortura, mapear a prática deste crime em razão de discriminação racial e formular recomendações para o aprimoramento dos serviços prestados por órgãos de justiça e segurança⁴³. No ano de 2005, foi instituída a Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional, a qual organizou no ano seguinte um plano nacional de enfrentamento denominado Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil, o qual buscava, sobretudo, qualificar, fortalecer e ampliar as estratégias de prevenção e combate, através do monitoramento, diagnóstico e mobilização de diversos setores, a nível municipal, estadual e federal⁴⁴. Em 2006 foi instalado, em Brasília, o Comitê Nacional para Prevenção e o Controle da Tortura no Brasil, já antecipando a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU, o que de fato ocorreu no final daquele ano⁴⁵.

Mais recentemente, em 2010, tivemos ainda a implementação da nova central de recebimento de denúncias, o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o qual figura como importante canal de acesso para informar e orientar a população acerca de ações, programas, campanhas e serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis em âmbito Federal, Estadual e Municipal⁴⁶. Desde 2011, foi criado um módulo específico do Disque 100 dirigido às

⁴¹ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 325-326.

⁴² PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

⁴³ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 326.

⁴⁴ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 326-327.

⁴⁵ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 327.

⁴⁶ SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ouvidoria – Disque Direitos Humanos**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: < <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos> >. Última atualização em 10 de agosto de 2014.

denúncias de tortura, a fim de conferir maior visibilidade ao tema e fortalecer a rede de proteção e combate⁴⁷. Além disso, neste mesmo ano foi criada por lei a Comissão Nacional da Verdade, a qual pretende desempenhar um importante papel no que se refere à prevenção contra a repetição dos crimes cometidos no período apurado, bem como oferecer uma plataforma às vítimas para contar suas histórias e obter uma reparação⁴⁸. Por fim, em agosto de 2013 foi finalmente sancionada a lei que criou o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme exigido pelo Protocolo Facultativo da ONU ratificado em 2006, dando mais um importante passo no sentido da eliminação desta prática.

A partir do exposto, é possível perceber que o governo brasileiro tem demonstrado certo grau de preocupação em relação à tortura. As medidas tomadas nas últimas décadas refletem, de acordo com a ONG *Human Rights Watch*, o reconhecimento por parte das autoridades brasileiras de que conter a prática da tortura por agentes estatais permanece um desafio⁴⁹. Ainda, de acordo com o consultor de Direitos Humanos Conor Foley, a atuação do governo brasileiro, tanto no que se refere às medidas internas quanto à ratificação de instrumentos internacionais e à abertura do país aos Relatores Especiais da ONU, se reflete em uma série de boas práticas de abertura e inclusão⁵⁰.

Contudo, inobstante serem bem vindas todas as iniciativas do governo, bem como os elogios dos especialistas que as apontaram como bons exemplos a serem seguidos, é de se questionar qual a eficácia prática de tais medidas. Questiona-se se o longo trajeto percorrido pelo governo brasileiro durante as últimas décadas conseguiu diminuir a tortura, estabelecendo uma cultura de respeito aos direitos humanos e ampliando a rejeição da prática deste crime por parte da opinião pública⁵¹. Alguns dados podem servir a esta reflexão.

Mostra-se especialmente interessante resgatar, em primeiro lugar, os dados obtidos pela Anistia Internacional em pesquisa recente realizada entre

⁴⁷ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 17.

⁴⁸ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 121.

⁴⁹ HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado**. [on line]

⁵⁰ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 52-53.

⁵¹ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 327.

dezembro de 2013 e abril de 2014⁵². Durante este período, foram entrevistadas 21.221 pessoas em 21 países do mundo, dentre eles o Brasil, as quais tiveram que se posicionar diante das três afirmações a seguir: 1) Se eu fosse levado em custódia pelas autoridades do meu país, eu estou confiante de que estaria a salvo; 2) Regras claras contra a tortura são cruciais, porque qualquer uso de tortura é imoral e enfraquece os direitos humanos internacionais; 3) Tortura às vezes é necessária e aceitável para conseguir informações que podem proteger o público. Para cada uma das afirmações, os entrevistados poderiam responder que concordavam fortemente, concordavam bastante, discordavam bastante ou discordavam fortemente.

De acordo com os dados obtidos, quase metade da população mundial (44%) teme sofrer tortura se estiver sob custódia de seu Estado. A grande maioria (82%) acredita que deveria haver leis claras sobre a tortura, e pouco mais de um terço (36%) defende que a tortura pode ser justificada, em alguns casos. Analisando somente as respostas dos entrevistados no Brasil, nota-se que 80% dos brasileiros não se sentem a salvo da tortura – o que colocou o Brasil em primeiro lugar dentre os 21 países entrevistados, quanto a esta primeira pergunta. Acerca da necessidade de leis claras contra a tortura, o Brasil ficou em 12º lugar, mas ainda acima da média mundial, já que 83% dos entrevistados concordaram com esta afirmação. Por fim, 19% dos brasileiros concordou que a tortura pode ser necessária, ficando abaixo da média mundial e em 6º lugar como país que mais discordou dessa possibilidade.

A informação mais relevante dentre as acima apresentadas diz respeito ao fato de 80% dos brasileiros entrevistados não se sentir a salvo da tortura, caso estejam sob custódia do Estado. Como dito, o Brasil ficou em primeiro lugar neste quesito da pesquisa, o que constitui mais um indício de que a tortura é um grave problema a ser combatido no Brasil.

Outros dados que permitem uma análise interessante neste sentido são os registros das denúncias recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos

⁵² AMNESTY INTERNATIONAL. Resultado de pesquisa global realizada entre dezembro de 2013 e abril de 2014. **Attitudes to torture**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT40/005/2014/en/571ddea2-66dd-4f77-81e3-053339d3a096/act400052014en.pdf>>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

Humanos da Presidência da República desde 2011⁵³. As planilhas da Secretaria nas quais os dados estão organizados possibilitam diversas formas de análise, dentre elas o comparativo entre o número de denúncias por número de habitantes, o perfil das vítimas e dos suspeitos, a relação entre vítima e suspeito, a relação entre demandante e vítima e, especialmente importante para este trabalho, os locais de violação em cada estado. Dentre os locais com maior número de denúncias estão os presídios, as cadeias públicas, as delegacias de polícia, a casa das vítimas ou dos suspeitos, os hospitais psiquiátricos, a rua e as unidades de medida sócio educativa. Os dados referentes às denúncias de tortura praticada nas delegacias foram divididos em dois grupos – Delegacia de Polícia e Delegacia de Polícia como Unidade Prisional –, divisão esta que será mantida para a análise dos dados.

Primeiramente, quanto à tortura praticada dentro das Delegacias de Polícia, é possível notar que o número de denúncias cresceu entre 2011 e 2013, totalizando 74 no primeiro ano, 101 em 2012 e 129 em 2013⁵⁴. Certamente, não é possível concluir, somente a partir destes dados, que a prática da tortura tenha aumentado nos últimos anos, sendo mais provável que o número de denúncias tenha crescido justamente acompanhando a divulgação do serviço e sua popularização, de modo que as vítimas e seus familiares passaram a denunciar mais conforme tomaram conhecimento acerca desta via de acesso⁵⁵. Contudo, os dados são significativos, sobretudo para confirmar que a tortura realmente ocorre nestes ambientes. Ainda, pelo fato de as denúncias estarem separadas por unidade federativa, é possível perceber que a tortura não é problema isolado de uma única região, estando presente na maioria dos estados brasileiros. Por fim, é interessante notar que as Delegacias de Polícia são um dos ambientes em que mais ocorre tortura, de acordo com as dados analisados. Em 2011 e em 2012, elas ficaram em 3º lugar no número

⁵³ Os dados atualizados foram obtidos diretamente com o Coordenador-Geral do Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, Sr. Sidnei Souza Costa, em 25 de agosto de 2014.

⁵⁴ Os dados de 2014 não serão analisados nesta comparação entre os anos, já que os dados da planilha vão somente até o mês de junho.

⁵⁵ Esta relação entre o aumento expressivo do número de denúncias e a popularização do serviço foi abordada pelo próprio Coordenador-Geral do Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, Sr. Sidnei Souza Costa, de acordo com notícia publicada em 29 de julho de 2014, no site de notícias *Último segundo*. Ver OLIVEIRA, Ana Flávia. **Denúncias de tortura praticada por agentes públicos crescem 21% em 2013**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/Brasil/2014-07-29/denuncias-de-tortura-praticada-por-agentes-publicos-crescem-21-em-2013.html>>. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

de denúncias, atrás somente dos Presídios e Cadeias Públicas. Em 2013 e em 2014⁵⁶, passaram para o 4º lugar, ficando atrás também das Delegacias de Polícia como Unidade Prisional⁵⁷.

Em relação à tortura praticada nas Delegacias de Polícia que servem como Unidade Prisional, o mesmo aumento no número de denúncias discutido acima foi verificado nos últimos anos, totalizando 40 em 2011, 98 em 2012 e 207 em 2013. As denúncias partiram, do mesmo modo, da quase totalidade das unidades federativas, e estes ambientes também ficaram entre aqueles com maior número de denúncias – 4º lugar em 2011 e 2012 e 3º lugar em 2013 e 2014⁵⁸, passando à frente das Delegacias de Polícia⁵⁹.

A partir de todos os dados e reflexões acima expostos, é possível chegar a algumas constatações. Primeiramente, nota-se que o Brasil é signatário dos mais importantes instrumentos internacionais de combate à tortura, tendo demonstrado nas últimas décadas uma atitude bastante aberta à discussão do tema, em âmbito externo. Do mesmo modo, o governo brasileiro adotou, em diversas ocasiões, iniciativas interessantes e proativas em relação à prevenção da tortura, o que mostra sua preocupação e o reconhecimento acerca da complexidade e urgência do problema. Contudo, verifica-se que os brasileiros não se sentem protegidos contra a tortura – e de fato não o estão. Esta prática continua ocorrendo de maneira sistemática, em diversos ambientes, e os poucos números que possuímos para análise⁶⁰ indicam que as delegacias de polícia são um dos locais nos quais este tipo de violação é mais comum.

Quanto a esta tortura praticada nas delegacias, é usual que ela seja apresentada como uma forma de combate à criminalidade e à impunidade, na medida em que possibilita aos torturadores obter informações urgentes e relevantes sobre crimes investigados. Neste sentido, de acordo com os dados obtidos pela Anistia Internacional, 19% dos brasileiros acreditam que a tortura pode ser necessária e aceitável para se descobrir informações que protejam o

⁵⁶ De acordo com os dados obtidos até o mês de junho.

⁵⁷ Não se considerou a categoria “Outros”, que ficou acima das Delegacias de Polícia em 2013.

⁵⁸ De acordo com os dados obtidos até o mês de junho.

⁵⁹ Do mesmo modo, não se considerou a categoria “Outros”, que ficou acima das Delegacias de Polícia como Unidade Prisional em 2012.

⁶⁰ Sobre os poucos dados disponíveis para análise, a diretora da *Human Rights Watch* do Brasil, Sra. Maria Laura Canineu, destacou a importância do Disque 100, como sendo a única fonte de dados que possibilita dimensionar o problema, de acordo com notícia publicada em 29 de julho de 2014, no site de notícias *Último segundo*. Ver OLIVEIRA, Ana Flávia. **Denúncias de tortura...** [on line]

público – o que sugere que a cultura de respeito aos direitos humanos e de rejeição à tortura não se instalou completamente. De todo modo, acredita-se estar equivocado o argumento segundo o qual o propósito dessa tortura seria a descoberta da verdade. Acerca da inconsistência desta alegação é que tratará o próximo item deste trabalho.

2.2 O MITO DA VERDADE E A REAL FINALIDADE DA TORTURA

A tortura praticada atualmente nas delegacias brasileiras apoia-se em uma suposta função de extração de informações ou confissões de indivíduos investigados pela prática de delitos. Utiliza-se, portanto, deste argumento para justificar a sua prática. Ainda, mesmo nos discursos que procuram criticar a permanência da tortura em nossa sociedade e combatê-la, não se questiona se a finalidade da tortura por parte de agentes estatais, nestes casos, é realmente a busca da verdade, se é essa a motivação por trás da ação dos torturadores⁶¹. É neste sentido que se costuma notar constantes referências à tortura praticada pelas Inquisições Medieval e Moderna, como se as violações de hoje fossem herança daquele período⁶². Contudo, é justamente a questão da verdade que nos permite perceber a diferença fundamental entre estes dois tipos de tortura.

A Inquisição e o estilo inquisitorial de Justiça – marcado, sobretudo, pelo segredo no processo, pela institucionalização da tortura, pela confissão tida como prova máxima e pelo anonimato das testemunhas – surgiram durante o século XIII, com a finalidade de conter o avanço das “seitas heréticas” irredutíveis aos dogmas católicos, e alcançaram o seu apogeu na Época

⁶¹ Quanto aos trabalhos que associam a prática da tortura por policiais civis e a busca por informações, ver MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]; PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]; HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado**. [on line]; e GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 29.

⁶² Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, afirma que “No Brasil, de 1964 a 1979, os métodos de interrogatórios e o sistema processual baseados na Doutrina de Segurança Nacional parecem advir da Inquisição medieval”, buscando identificar as violações praticadas durante a Ditadura Militar e a tortura característica da Inquisição Medieval. ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, Petrópolis: Vozes, 2011, pg. 336. Ainda, Waldemar Neher sugere que a prática atual da tortura por agentes estatais pode ser entendida como o retorno da Inquisição, agora moderna e democrática. NEHER, Waldemar. **Crime de tortura no direito brasileiro**. Curitiba, 2004, 55 f. Monografia (Pós-Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pg. 51.

Moderna⁶³. Estes métodos de inquirir e processar não foram privilégio dos inquisidores da Igreja, mas eram comumente utilizados também pelos juízes seculares⁶⁴.

A tortura, durante todo este período que vai do século XIII ao XVIII, era considerada como um método de prova juridicamente regulamentado⁶⁵, particularmente eficaz para a averiguação da verdade material dos delitos de difícil elucidação⁶⁶. Ainda, além de se constituir como meio legítimo de prova, a tortura era detalhadamente regulamentada pela legislação e pela doutrina da época, as quais abordavam desde os seus pressupostos (como, por exemplo, o seu caráter subsidiário e a observância do direito de apelação) até os detalhes sobre seu procedimento⁶⁷. Ao descrever minuciosamente a duração do interrogatório, os instrumentos utilizados, o comprimento das cordas, o peso dos chumbos e cada intervenção do inquiridor, buscava-se justamente proteger o procedimento contra possíveis excessos e desvios, vez que não era o objetivo arrancar a verdade do acusado a qualquer custo⁶⁸. Os próprios doutrinadores da época insistem em afirmar que a finalidade da tortura é a descoberta da verdade, sendo completamente indesejável a obtenção de uma falsa confissão⁶⁹. Por esta razão é que, além de regulamentar o procedimento, a legislação proibia o uso de perguntas sugestivas por parte do juiz, e o orientava a verificar a coerência entre a confissão e as demais provas juntadas⁷⁰. Além disso, os autores do período tinham a consciência de que a tortura poderia gerar uma falsa confissão, feita somente pelo medo da dor, motivo pelo qual defendiam a imprescindibilidade da ratificação posterior da

⁶³ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pg. 247.

⁶⁴ VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados...**, pg. 249.

⁶⁵ SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 35.

⁶⁶ SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal...**, pg. 19-20.

⁶⁷ SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 144-148.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, pg. 41.

⁶⁹ Mesmo naquela época, nem sempre eram respeitadas as limitações legais impostas à tortura, o que evidencia a existência da tortura ilegal, referida pela doutrina de então. É neste sentido que os autores criticavam duramente o abuso judicial em relação à tortura, ameaçando os juízes com sanções ou com a nulidade da confissão extorquida ilegalmente. SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 248-249.

⁷⁰ SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 221-222.

confissão, a qual conferia a ela uma aparência de espontaneidade, tornando-a válida⁷¹.

É possível perceber que a lógica daquela época era outra, pois realmente acreditava-se que a tortura, desde que feita da maneira correta, era perfeitamente capaz de levar ao conhecimento da verdade. Considerando-se, portanto, que a confissão tinha força absoluta e representava a instância máxima de produção da verdade – em virtude, principalmente, da presença vigorosa da Igreja, que assemelhava a confissão judicial com a católica⁷² –, caso o sujeito não confessasse espontaneamente, a tortura estaria plenamente justificada⁷³. É neste sentido que Foucault fala no corpo supliciado como engrenagem dos mecanismos de produção da verdade⁷⁴.

Além disso, outra característica bastante interessante e peculiar dessa tortura é a impossibilidade que se tinha, à época, de torturar um inocente. Isso porque a verdade não era entendida a partir de uma visão binária de verdadeiro/falso – ou culpado/inocente –, como hoje, mas sim dentro de um sistema de gradação contínua. Deste modo, cada indivíduo era culpado na medida das provas que existissem contra ele: aquele que tivesse contra si somente uma meia prova, não seria inocente, mas sim meio culpado⁷⁵. Com isso, mesmo que a tortura não resultasse em uma confissão por parte do torturado, sua prática não teria sido injusta e nem em vão, pois teria permitido expurgar o indivíduo da parcela de culpa que recaía sobre ele⁷⁶. É neste sentido que Ana Lucia Sabadell fala em uma legitimação adicional da tortura,

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, pg. 41.

⁷² SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 240-242.

⁷³ Sobre o tema, Eugenio Raúl Zaffaroni explica que a violência contra o objeto de conhecimento era plenamente legitimada e autorizada tendo em vista a necessidade de se romper possíveis obstáculos à necessidade de saber do inquisidor. Segundo ele, nada podia se opor ao seu apetite de verdade, uma vez que, sendo Deus – prisioneiro do inquisidor – infinitamente bom, este deveria também ser infinitamente sábio. Ver ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, pg. 39.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, pg. 41.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, pg. 43.

⁷⁶ Neste sentido, a fim de se evitar a perda de material probatório, passou-se a realizar o chamado “interrogatório com reserva de provas”. Com isso, mesmo que o acusado resistisse à tortura sem confessar, o juiz poderia continuar a se valer das presunções já reunidas para condená-lo. Ainda assim, a condenação à morte já não poderia ser feita, motivo pelo qual recomendava-se que os juízes não submetessem ao suplício aqueles contra os quais já houvesse indícios suficientes para a condenação, para não se correr o risco de ele resistir à tortura e não poder mais ser condenado à morte. Neste sentido, ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, pg. 42; e SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 365 e ss.

relacionada à purificação: “‘Inocente’ não só porque a resistência à tortura comprova sua inocência, mas também porque o purifica de sua culpa”⁷⁷.

Como se percebe, a tortura praticada hoje nas delegacias brasileiras é radicalmente distinta daquele meio legítimo de prova característico das Idades Média e Moderna. Para a mentalidade da época, a tortura não era sadismo e nem simples imposição de sofrimento, mas sim um mecanismo eficaz de se alcançar a verdade sobre a prática de um crime⁷⁸. Ademais, havia uma regulamentação jurídica detalhada da tortura, através da qual acreditava-se ser possível evitar deturpações que levassem a uma falsa confissão. Por fim, dentro daquela lógica, não havia a possibilidade de se torturar um inocente, já que os indícios existentes contra ele já atribuíam determinado grau de culpa. É por estas razões que Ana Lucia Sabadell afirma que a tortura admitida e regulada entre os séculos XIII e XVIII pela legislação de diversos reinos europeus é muito diferente do fenômeno que hoje conhecemos por tortura e que há várias décadas é objeto de preocupação de autoridades internacionais e nacionais⁷⁹, não havendo entre elas elementos em comum⁸⁰. Resta claro, portanto, que a tortura que se pretende analisar neste momento não pode ser considerada como uma herança das épocas Medieval e Moderna⁸¹.

Dando um passo adiante, é possível perceber que, para além de não se constituir como herança da Inquisição, a tortura hoje não pode ser justificada com base na busca pela verdade justamente porque já se tem a percepção do quão ineficaz ela pode ser quanto a este fim⁸². Embora a tortura inegavelmente

⁷⁷ SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione...**, pg. 245.

⁷⁸ SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal...**, pg. 20-21.

⁷⁹ SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal...**, pg. 15.

⁸⁰ SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal...**, pg. 16.

⁸¹ Inclusive, neste sentido, interessante notar que não tivemos no Brasil um Tribunal da Inquisição, bem como não se tem notícia do uso de tortura física por ela em território brasileiro. Embora as visitações e as devassas tenham aterrorizado o povo como um todo, e a prática da tortura psicológica tenha sido extremamente comum, os únicos brasileiros torturados fisicamente pela Inquisição o foram em Portugal, após serem encaminhados para responder a processos mais graves diante do Tribunal lisboeta. De todo modo, note-se que as evidências indicam que a tortura física praticada pela Inquisição – a qual tem sido apontada como origem da atualmente praticada no Brasil – não chegou a ocorrer de fato em solo brasileiro. Neste sentido, ver VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados...**, pg. 279 e ss; e SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pg. 414 e ss.

⁸² Essa ineficácia da tortura para a descoberta da verdade foi admitida inclusive pela grande maioria dos policiais militares entrevistados pela pesquisadora Vanessa Chiari Gonçalves, em sua tese de doutorado. De acordo com eles, é indiscutível que muitas vítimas de tortura assumem crimes que não são delas só

faça falar, não há qualquer garantia de que o discurso produzido pelo torturado corresponda à verdade, independentemente de qualquer cuidado que se possa ter neste sentido – embora não pareça haver algum. Este tipo de violação exerce poder tão grande sobre os indivíduos que invariavelmente os levarão a dar qualquer informação – ainda que falsa –, ou mesmo assumir a autoria de um crime – ainda que não sejam os culpados⁸³. É neste sentido que Vanessa Chiari Gonçalves aponta a tortura física ou psicológica como a melhor forma de se forçar uma confissão, embora seja completamente ineficaz no que se refere à descoberta da verdade⁸⁴. Ainda, segundo ela, a tortura é a maneira mais eficiente de se condenar um inocente⁸⁵.

Não se quer dizer, com isso, que a tortura nunca funcione para obter informações e confissões verdadeiras. É certo que sim, e é justamente este tipo de situação que dá margens para que os torturadores insistam em seus supostos benefícios e continuem praticando-a. Contudo, para além de se considerar a completa ineficácia em boa parte dos casos, é preciso ter em mente que os riscos envolvidos são enormes. Como exemplos, destacam-se a possibilidade de obtenção de uma informação ou confissão falsa, a contaminação das forças policiais, o uso passar a ser indiscriminado e, sobretudo, os impactos profundos e muitas vezes irreversíveis sobre os torturados, para os quais não há justificação possível⁸⁶.

Quanto a estes impactos, é importante ressaltar que nem sempre se verificam danos físicos, o que inclusive reflete uma tendência contemporânea de se voltar cada vez mais para a *psique* da vítima, utilizando-se principalmente do estímulo aos medos do torturado para agredi-lo psicologicamente⁸⁷. Contudo, mesmo a tortura que não deixa marcas pode ter consequências avassaladoras⁸⁸. Dentre as alterações psicológicas mais sérias

para acabar com a violência. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 174.

⁸³ Sobre o assunto, a Anistia Internacional afirmou que a tortura muitas vezes é utilizada como atalho, através da extração de “confissões”, já que a vítima assina qualquer coisa a fim de interromper os abusos. Redação original: “Torture is often an abusive shortcut to extracting ‘confessions’ – a victim would often say anything to stop it”. Ver AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

⁸⁴ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 67.

⁸⁵ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 174.

⁸⁶ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 330-331.

⁸⁷ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 167-168.

⁸⁸ Cumpre ressaltar que foram desenvolvidas técnicas de tortura durante as últimas décadas – em especial durante o Regime Militar – que permitem agredir intensamente o indivíduo sem deixar marcas

normalmente verificadas estão os distúrbios de ansiedade, a depressão, a irritabilidade, a vergonha e humilhação, a perda de memória, a redução na capacidade de concentração, dores de cabeça, distúrbios de sono, pesadelos, instabilidade emocional, problemas sexuais, bem como uma tendência à automutilação, ao suicídio e ao isolamento social⁸⁹. Como consequências físicas, verifica-se a perda de coordenação motora, a presença de sangue na urina, contrações no corpo, dificuldades para respirar, tremores, paralisia, tetraplegia, lesões na coluna, danos nas estruturas ósseas, perfuração dos tímpanos, entre outros⁹⁰.

Diante disso, parece impossível compreender a permanência da tortura nos dias de hoje. Se, por um lado, fica clara a sua ineficiência, ao permitir situações absurdas em que inocentes se declaram culpados por crimes que não cometeram; e se, por outro lado, as consequências são tão graves para as vítimas, tanto no que se refere ao aspecto físico como, sobretudo, ao psicológico, por que motivo a tortura continua sendo praticada? Se a comunidade e os próprios policiais têm consciência de que uma violência tão intensa pode impossibilitar a descoberta da verdade sobre um crime, por que a tortura ainda não acabou? É neste momento que fica clara a intenção da tortura praticada nas delegacias de hoje: a humilhação e a aniquilação moral e psicológica do indivíduo.

No ano de 1985, o Ex-Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Philip Potter, já havia esclarecido que, embora tradicionalmente se tenha argumentado que a tortura representa um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade, há tempos já se percebeu que, através dela, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo o que for sugerido pelo torturador⁹¹. E é exatamente isso que se percebe ainda hoje. A tortura busca, mais do que extrair informações, humilhar a sua vítima, anular a sua personalidade e destruir sua autoestima. Vanessa Chiari Gonçalves afirma que “a humilhação

físicas. Neste sentido, Dom Paulo Evaristo Arns recorda o documento que, por um descuido do DOI-Codi-II Exército, revelou informações importantes acerca das orientações dadas às equipes de interrogatórios acerca dos cuidados para se evitar tais marcas. Ver ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 262.

⁸⁹ Sintomas psicológicos listados pela Anistia Internacional em AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

⁹⁰ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 254-266.

⁹¹ Prefácio da obra ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 17-18.

que a tortura impõe à vítima relaciona-se com a percepção da sua completa impotência diante do poder abusivo que se exerce sobre o seu corpo e sobre os seus pensamentos⁹². Segundo ela, uma das razões pelas quais a tortura se mostra tão humilhante para as suas vítimas é o fato de ela retirar violentamente de cada um a livre disposição sobre o seu corpo. O sentimento de estar sujeito à vontade do outro, sem proteção, faz com que a tortura atinja o indivíduo com mais profundidade do que qualquer outra forma de desrespeito⁹³. Neste mesmo sentido, Mariana Joffily aponta a sujeição do indivíduo como uma importante função da tortura, e afirma que isso se dá tanto pela desonra que significa colaborar com os torturadores entregando companheiros e familiares, como também por constituir-se como uma derrota infligida pelo corpo à consciência – tornando o torturado vítima de suas próprias fraquezas⁹⁴. É por este motivo que as consequências psicológicas da tortura são tão graves e difíceis de se cancelar⁹⁵.

Para melhor compreender o modo como a tortura pretende destruir psicologicamente um indivíduo, disfarçando-se sob a ilusória função de busca da verdade, mostra-se especialmente interessante analisar as observações feitas por outros autores acerca da tortura e demais formas de violação praticadas durante as ditaduras do Estado Novo e do Regime Militar. Fica muito claro, a partir destes estudos, que já nestes períodos a tortura não tinha como foco a extração de informações verdadeiras, mas sim atingir profundamente suas vítimas com o intuito de desumanizá-las e desmotivar sua atuação política⁹⁶.

Sobre a repressão verificada durante o governo Vargas, é possível perceber a busca pela aniquilação da personalidade dos opositores do regime através da experiência vivida e relatada pelo escritor Graciliano Ramos, em sua obra *Memórias do Cárcere*. Embora a questão da tortura física não seja tratada de maneira mais aprofundada (havendo somente referências eventuais às suas vítimas), o autor retrata detalhadamente as condições subumanas em que

⁹² GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 169.

⁹³ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 179.

⁹⁴ JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, pg. 382.

⁹⁵ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 119.

⁹⁶ Considerando-se que, nestes momentos históricos, a repressão através da tortura atingiu com especial intensidade os opositores dos governos autoritários que se instalavam.

eram mantidos os presos políticos – as quais, segundo ele, tinham o objetivo claro de apontar a sua indignidade⁹⁷. Graciliano destaca, ainda, a maneira como eles eram tratados de modo a constatar a sua própria inutilidade e estupidez. Os presos eram forçados a executar ações sem sentido, sendo transportados de um lugar para outro sem qualquer explicação, o que parecia ter como único objetivo provar que os repressores exerciam total domínio sobre eles⁹⁸. Mais grave ainda foi o discurso feito aos recém-chegados na Colônia Correcional, no qual se afirmou que os presos não possuíam qualquer direito e que estavam ali para morrer. Não havia dúvidas de que o plano era destruí-los pouco a pouco⁹⁹.

Se por um lado, portanto, era fácil perceber a intenção de agredir psicologicamente os indivíduos, destruindo-os, por outro lado era visível a despreocupação com a investigação da verdade. Muitos dos presos com os quais Graciliano teve contato durante este período sequer tinham ideia do motivo para estarem ali, e ele mesmo não respondeu a qualquer processo, não chegou a ser interrogado, não teve a oportunidade de produzir provas e nem mesmo saber do que estava sendo acusado¹⁰⁰. Assim, não há dúvidas de que o tratamento dispensado aos presos políticos durante a ditadura de Vargas, para além das agressões físicas constantemente praticadas, constituía por si só uma forma de tortura¹⁰¹, através da qual se buscava aniquilar a personalidade dos sujeitos e desmotivar a oposição ao regime. Tais violações, em suas diversas formas, não tinham como finalidade a descoberta da verdade.

Essa contradição fica ainda mais clara a partir da análise de algumas situações específicas percebidas durante a ditadura militar brasileira. Em primeiro lugar, é interessante notar que, embora o emprego de violência por parte de agentes estatais não tenha sido defendido abertamente, ele era implicitamente justificado pela premência, ou seja, pela necessidade de se obter informações úteis em tempo hábil. Contudo, embora este discurso leve a

⁹⁷ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, pg. 181.

⁹⁸ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**, pg. 95-96.

⁹⁹ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**, pg. 429.

¹⁰⁰ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**, pg. 68.

¹⁰¹ Afinal, como bem expôs a Anistia Internacional, condições abismais de detenção podem, quando usadas intencionalmente e propositadamente, constituir tortura. Ver AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

crer que as primeiras horas de interrogatório eram decisivas e que a tortura era empregada enquanto o suspeito ainda tinha importância estratégica, o fato é que os interrogatórios se estendiam por meses, mesmo quando o interrogado já não podia fornecer qualquer informação relevante¹⁰².

Ainda, de acordo com depoimentos colhidos à época, muitos presos eram induzidos, principalmente através do pânico provocado pelas torturas, a assinar depoimentos forjados, sendo que, muitas vezes, sequer tinham o direito de ler o que estavam assinando¹⁰³. Em outros casos, os discursos oferecidos pelos interrogados passavam por um processo de reconstrução durante o ato de transcrição, no qual as falas eram redistribuídas de acordo com a vontade daqueles que os interrogavam. Aos torturados eram atribuídos discursos que não lhes pertenciam, com a instrumentalização da fala através da inclusão e exclusão de dados¹⁰⁴. Tanto em um caso como no outro, se o depoente alegasse posteriormente a falsidade do depoimento apresentado seria desacreditado pelas autoridades, que viam na retratação mais um indício de sua culpabilidade¹⁰⁵, além de correr o risco de ser submetido a uma nova série de torturas¹⁰⁶.

Outra situação que indica a predominância da aniquilação do sujeito sobre a extração de dados refere-se aos casos relatados em que indivíduos foram torturados sem que nada lhes fosse perguntado¹⁰⁷. Ainda, como bem apontado por Mariana Joffily, “chama a atenção o fato de que, teoricamente empregada como meio de obrigar o interrogado a fornecer informações, a tortura provocasse estados físicos e psicológicos que impediam a própria transmissão delas”¹⁰⁸. De acordo com a autora, a existência destes inúmeros casos em que as sessões de tortura tiveram que ser interrompidas por conta do estado deplorável do torturado comprova a tese segundo a qual acreditar que o

¹⁰² JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 372.

¹⁰³ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 245.

¹⁰⁴ JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 365-371.

¹⁰⁵ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 215.

¹⁰⁶ De acordo com Dom Paulo Evaristo Arns, caso os indivíduos quisessem alterar o conteúdo de seus depoimentos preliminares ao serem conduzidos aos Dops ou à Polícia Federal pelos órgãos de informação, eram novamente torturados ou retornavam aos DOI-Codis para novas torturas que o dissuadissem de modificar seu depoimento em cartório. Ver ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 205.

¹⁰⁷ JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 384.

¹⁰⁸ JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 377.

uso de violência visava unicamente obter informações desejadas seria incorrer em considerável simplificação¹⁰⁹.

É possível perceber, a partir desta análise, que a tortura física e psicológica praticada durante os períodos do Estado Novo e da ditadura militar não tinham como objetivo central a obtenção de informações. Embora o uso da violência tenha possibilitado a descoberta de dados em diversas ocasiões, nota-se que o objetivo da tortura era muito mais amplo e cruel, visto que buscava a destruição da personalidade do indivíduo e a sua desmobilização política. E isso não é diferente do que temos hoje¹¹⁰. Embora com o fim da ditadura o alvo preferencial da tortura tenha se deslocado da figura do opositor político para o criminoso comum – como já o era em períodos anteriores¹¹¹ –, é fácil perceber que, na prática, a finalidade da tortura continua sendo a mesma. A informação verdadeira eventualmente obtida é um bônus, mas, independentemente disso, o fundamental é reforçar o poder da polícia sobre o criminoso, através de sua humilhação. É neste sentido que Mariana Joffily fala na tortura como uma peça-chave de transformação do interrogatório em uma poderosa máquina de sujeição, normalização e imposição de autoridade¹¹².

A partir deste raciocínio, é possível compreender, por exemplo, a diferença no tratamento dado às mulheres torturadas durante as Idades Média e Moderna e nos dias atuais. Se antes as mulheres grávidas eram isentas de tortura durante o período de gestação, a fim de se proteger o feto¹¹³, hoje há diversas denúncias de mulheres que abortaram devido às violências às quais foram submetidas por agentes estatais. A gestação passa a constituir, portanto, novo objeto de tortura¹¹⁴. Além disso, diversos relatos da época do regime militar apontam a sexualidade feminina como objeto especialmente explorado pelos torturadores, que as estupravam, introduziam objetos em seus órgãos

¹⁰⁹ JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 378.

¹¹⁰ No que se refere à intenção de desmobilizar a atuação política dos torturados, interessante notar que ela continua presente principalmente em relação ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o qual constitui-se como um dos principais grupos a denunciar as torturas das quais são vítimas. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 169.

¹¹¹ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 316.

¹¹² JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 361.

¹¹³ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Nascer nos cárceres do Santo Ofício**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/478/1/IsabelDrumondBraga_p435-447.pdf>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

¹¹⁴ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 51.

genitais, beliscavam seios e as obrigavam a realizar atividades nuas¹¹⁵ – o que acredita-se ocorrer com maior ou menor frequência ainda hoje. Certamente, tais condutas não se resumem a uma tentativa de obter informações, mas sim de humilhação e destruição moral e psicológica destas mulheres.

Verifica-se, a partir do exposto, que, sob a justificativa da busca pela verdade, a tortura praticada atualmente nas delegacias brasileiras tem como consequência provável a redução da capacidade de resistência psicológica do interrogando de modo a ser possível imputar a ele o que quer que se queira¹¹⁶. Resta clara, portanto, a primeira medida a ser tomada para o combate à tortura. Trata-se da negação do mito da verdade.

Ao tratar sobre a importância de se desconstruir tal mito, o professor Aury Lopes Junior afirma que a verdade real é impossível de ser obtida. Primeiramente por ser excessiva, mas também porque constitui erro gravíssimo falar em “real” quando estamos diante de um fato passado, já que o real só existe no presente. Segundo ele, a reconstrução do fato passado se dá no campo da memória, do imaginário, não possuindo, portanto, um dado de realidade¹¹⁷. Contudo, fato é que este mito tem sido usado ao longo dos últimos séculos para justificar atos abusivos do Estado, autorizando todo tipo de prática probatória por conta do “nobre” propósito de se descobrir a verdade¹¹⁸. Neste sentido, acreditar que a verdade esteja ao alcance do Estado faz surgir uma necessidade absurda de perseguição sem limites, dentro da lógica de que os fins justificam os meios, podendo inclusive legitimar o uso da tortura¹¹⁹.

Tendo isso em vista, diversos autores afirmam que só se legitimaria no processo penal a verdade processual, cuja obtenção seria condicionada pelo respeito aos procedimentos e garantias da defesa. Esta verdade seria, portanto, sempre relativa, e não pretenderia corresponder à verdade real¹²⁰. No entanto, Aury Lopes Junior não acredita que este raciocínio possa resolver o

¹¹⁵ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**, pg. 48.

¹¹⁶ Como bem apontou Mariana Joffily, acerca da tortura praticada durante a Ditadura Militar. Ver: JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 382.

¹¹⁷ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar no processo penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, pg. 307.

¹¹⁸ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 305.

¹¹⁹ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 304-205

¹²⁰ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 306.

problema, já que mesmo a verdade processual seria excessiva¹²¹. De acordo com o autor, é fundamental ter em mente que, embora a finalidade do processo penal seja a reconstituição de um fato histórico a partir de provas, a reconstrução de um crime será sempre imperfeita, já que o passado só existe no imaginário. Todos os discursos produzidos no processo serão, portanto, carregados de subjetividade e de contaminações, sendo impossível falar na sentença como revelação da verdade¹²². Ela deve ser vista como um ato de convencimento do juiz a partir da eleição dos significados que lhe pareçam válidos¹²³.

Seguindo o conselho de Aury Lopes Junior, defende-se uma postura cética em relação à verdade no processo penal. Ela não deve ser vista como um horizonte, por ser inalcançável, e é preciso negá-la como função do processo ou característica da sentença¹²⁴. Isso se mostra de especial importância ao se considerar que, conforme expôs o autor, “o processo penal, sempre que buscou uma ‘verdade mais material e consistente’ e com menos limites na atividade de busca, produziu uma ‘verdade’ de menor qualidade e com pior trato para o imputado”¹²⁵. A partir do momento em que se admita que a descoberta da verdade não é a finalidade do processo, restará plenamente comprovada a inconsistência do raciocínio segundo o qual a tortura pode ser justificada pela necessidade de se obter informações.

¹²¹ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 307.

¹²² LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 310-312.

¹²³ Neste sentido, é interessante verificar as reflexões de Aury Lopes Junior acerca da verdade e das funções da prova no processo penal. Segundo ele, há três linhas de pensamento que tratam do tema: uma primeira para a qual a verdade seria irrelevante para o processo e a prova cumpriria a função ritual de dar aparência de legitimidade racional ao mecanismo teatral das decisões judiciais, dissimulando sua realidade irracional e frequentemente injusta. A segunda linha afirma não existir no processo uma determinação de veracidade, mas tão somente narrativas construídas pelas partes, de modo que a função da prova é persuadir o juiz a adotar um dos discursos desenvolvidos. Por fim, a terceira posição é aquela que acredita na possibilidade de se determinar a verdade no curso do processo e que defende a busca desta verdade como função da prova. O autor concorda somente com as duas primeiras linhas, argumentando que este convencimento do juiz se dará sempre a partir de sua percepção acerca dos discursos produzidos – os quais não representam a verdade –, utilizando-se da valoração das provas para iludir a opinião pública quanto à descoberta da verdade. LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 308-309.

¹²⁴ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 314.

¹²⁵ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 304.

3 A TORTURA CONTEMPORÂNEA E SEUS TRÊS PILARES

Eu penso naquela nossa angústia, quando os muros eram fechados, quando a gente mal podia imaginar o que acontecia lá dentro. O não saber [...] dava uma angústia tão grande que as pessoas quase ficavam loucas, correndo atrás de advogados, juízes, jornais. Hoje é tudo tão claro. As pessoas veem e choram e sofrem como diante de um doente grave no hospital. Ficam olhando patéticas, pequeninas, porque não há nada que possam fazer.

Ivan Angelo, 2006.

A compreensão da tortura praticada atualmente nas delegacias brasileiras passa pela análise daquilo que a sustenta. Como visto, a finalidade declarada desta tortura relaciona-se com uma suposta necessidade de descoberta da verdade, a qual, no entanto, é bastante questionável. A desconstrução do mito da verdade envolve, em certa medida, uma mudança cultural, já que pretende alterar uma crença bastante arraigada em nossa sociedade. Neste capítulo, pretende-se abordar a maneira como nossa cultura serve à perpetração da tortura. Para isso, serão analisados os três pilares que a sustentam na contemporaneidade, quais sejam a banalização da violência, a desvalorização da figura do infrator e a crise do sistema de polícia¹²⁶.

3.1 A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Diversas são as abordagens através das quais é possível analisar a questão da banalização da violência nos dias atuais. Uma delas, no entanto, mostra-se especialmente interessante, por envolver o resgate das reflexões de uma das mais influentes filósofas políticas do século XX. Trata-se da releitura contemporânea da banalidade do mal de Hannah Arendt.

A expressão “banalidade do mal” foi cunhada pela autora em seu relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann, na cidade de Jerusalém¹²⁷. Ela está

¹²⁶ Tal divisão constitui-se como uma inovação e opção individual da autora do presente trabalho, que buscou apresentar de maneira didática os pontos que considera cruciais para a compreensão do tema.

¹²⁷ CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**. In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pg. 329.

relacionada com a indiferença com que a sociedade alemã e parte considerável dos executores da política nazista percebiam o sofrimento infringido nos campos de concentração¹²⁸. É neste sentido que se argumenta que Eichmann não era movido por um ódio enlouquecido ou por qualquer motivação criminosa, mas pela simples incapacidade de reflexão sobre seus atos¹²⁹. Isso não quer dizer que Hannah defendesse a teoria segundo a qual deveria ser atribuída aos participantes do regime nazista a condição de simples peças de uma grande engrenagem, isentando-os de culpas e responsabilidades individuais. Ao contrário disso, ela defendia que Eichmann deveria sim ser responsabilizado, mas levando-se em conta que seu erro não correspondia ao desejo de extermínio – presente nos líderes do movimento totalitário –, mas sim em não ter elaborado um juízo crítico e reflexivo sobre as ordens que recebia e executava¹³⁰. De acordo com a autora, a maior lição aprendida com o julgamento de Jerusalém foi a maneira pela qual a ausência de reflexão e o desapego em relação à realidade podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos¹³¹.

Essa ausência de vínculo entre o pensar e o agir, para além de explicar o abismo existente entre a crueldade do genocídio nazista e o sentimento de indiferença de parte de seus executores¹³², serve para a compreensão da tortura contemporânea. Neste sentido, diversos autores afirmam a atualidade do pensamento de Hannah Arendt, utilizando-se de suas reflexões para compreender diversos fenômenos percebidos em nossa sociedade. O professor Bruno Gustavo Muneratto, por exemplo, defende que vivemos nitidamente um contexto de banalização do mal, argumentando que, embora não se trate do extermínio nazifascista, ele “está sublimado em vários

¹²⁸ LEISTER, Margareth Anne; COSTA, Arlei da. **“A Banalidade do Mal”: Uma releitura da expressão criada por Hannah Arendt.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A_banalidade_do_mal_-_uma_releitura_da_expressao_criada_por_Hannah_Arendt-libre.pdf>. Última atualização em 18 de agosto de 2014.

¹²⁹ ANSART, Pierre. **Hannah Arendt: a obscuridade dos ódios públicos.** In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pg. 29.

¹³⁰ SIQUEIRA, José Eduardo de. **Irreflexão e a banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A5.pdf>. Última atualização em 18 de agosto de 2014.

¹³¹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pg. 311.

¹³² SIQUEIRA, José Eduardo de. **Irreflexão e a banalidade do mal...** [on line]

exercícios sociológicos da violência banalizada, seja essa institucional (polícias), seja essa advinda da sociedade civil (atentados, assassinatos, homofobia, violência doméstica, etc.)”¹³³. Ao tratar das sociedades de consumo em massa contemporâneas, a socióloga Claudine Haroche, por sua vez, destaca ser possível compreendê-las a partir das análises da filósofa alemã, uma vez que, a exemplo do sistema totalitário, também estas impõem a superficialidade das relações e a falta de tempo necessário à reflexão¹³⁴. Esta aproximação é trabalhada igualmente pelos autores Margareth Anne Leister e Arlei da Costa, os quais defendem a atualidade da banalidade do mal de Hannah Arendt, alertando, no entanto, para a necessidade de se fazer uma releitura que atente para as diferenças entre cada momento histórico. De acordo com eles, enquanto originalmente esta expressão se referia ao contexto de acelerada eliminação física de milhões de judeus, no Brasil de hoje está relacionada ao lento processo de eliminação física e moral de indivíduos pertencentes a segmentos específicos do corpo social, através do desrespeito à sua dignidade humana¹³⁵.

Este terceiro trabalho citado, embora não trate do tema da tortura, apresenta uma análise bastante relevante sobre a maneira como nossa sociedade mostra-se indiferente ao sofrimento de determinados grupos de indivíduos – no caso, os moradores de rua –, com os quais não há um sentimento de identificação. Como bem colocado, a semelhança verificada entre o comportamento da sociedade alemã do período nazista e os brasileiros que circulam pelas grandes cidades nos dias de hoje relaciona-se ao fato de que a ausência de identificação com o outro desencadeia um processo de coisificação do homem, do qual se retira qualquer humanidade. Ao desconsiderarmos aquele indivíduo como igual, aflora um sentimento de

¹³³ MUNERATTO, Bruno Gustavo. **A Nova “Banalidade do Mal”: O retorno de Hannah Arendt e a morte do Chapolin Colorado**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A%20Nova%20E2%80%9CBanalidade%20do%20Mal%E2%80%9D%20%20O%20retorno%20de%20Hannah%20Arendt%20e%20a%20morte%20do%20Chapolin%20Colorado.%20%20%20Hist%C3%B3ria%20em%20Perspectiva.htm>. Última atualização em 18 de agosto de 2014.

¹³⁴ HAROCHE, Claudine. **Reflexões sobre a personalidade não totalitária**. In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pg. 299.

¹³⁵ LEISTER, Margareth Anne; COSTA, Arlei da. **“A Banalidade do Mal”...** [on line]

indiferença, e o resultado disso é que a maioria das pessoas não se deixa incomodar pelas constantes violações de direito por ele sofridas¹³⁶.

Esta mesma anuência implícita da sociedade com as constantes violações impostas aos moradores de rua se verifica em relação aos indivíduos vitimados pela tortura praticada em nossas delegacias. Como os torturados são em sua maioria indivíduos suspeitos da prática de crimes, ocorre um processo de identificação da sociedade em geral somente com as vítimas da conduta delituosa, enquanto os outros não possuem qualquer visibilidade enquanto iguais¹³⁷. Ao mesmo tempo em que a sociedade não reconhece neles a humanidade, também os policiais devem ser capazes de negá-la, convencendo-se de que o indivíduo torturado não é um ser humano e distanciando-se emocionalmente de suas próprias ações, pois somente assim podem torturar sem remorso. Além disso, o torturador não se percebe agindo sozinho, mas sim em meio a um grupo que lhe confia o exercício deste papel¹³⁸.

Neste sentido, é interessante explorar as reflexões do filósofo Marco Casanova acerca do domínio do impessoal. Segundo ele, nós vivemos cotidianamente sob o domínio do impessoal, o que significa que o que pensamos e o modo como agimos estão estruturalmente ligados a um manancial de significações e sentidos previamente constituídos. Este impessoal não se confunde com qualquer dimensão específica, tais como a família, os meios de comunicação ou as lideranças políticas, mas perpassa todas elas. A partir do momento em que este impessoal prescreve todo julgamento e decisão, o nosso próprio se perde em meio a ele, e nós somos dispensados de ser¹³⁹. Deste modo, nos é retirado o encargo de assumirmos nossas responsabilidades, e todos passam a se apoiar no impessoal, o qual responde por tudo já que, ao mesmo tempo em que é todos, também não é ninguém¹⁴⁰. É neste sentido que o filósofo aponta para a possibilidade de o corpo social passar a funcionar como uma máquina autárquica, na medida em que seus membros deixam de questionar suas próprias engrenagens. De

¹³⁶ LEISTER, Margareth Anne; COSTA, Arlei da. **"A Banalidade do Mal"...** [on line]

¹³⁷ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 181.

¹³⁸ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 94.

¹³⁹ CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**, pg. 325-326.

¹⁴⁰ CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**, pg. 324.

acordo com ele, “A ‘banalidade do mal’ é uma consequência direta deste estado de coisas”¹⁴¹.

Direcionando este estudo para a questão da tortura, é fácil perceber que a comunidade como um todo se exime de questionar a cultura de violência disseminada em nossas delegacias, por ser muito mais simples não se sentir responsável por isso. Embora saibam da prática frequente da tortura, bem como da possibilidade considerável de que ela traga informações falsas para dentro do processo e consequências terríveis para os torturados, os indivíduos no geral se limitam a lamentar, quando não estão aplaudindo e repetindo discursos do tipo “bandido tem que apanhar mesmo”, ou “bandido bom é bandido morto”¹⁴². As pessoas se recusam a refletir sobre o assunto, se recusam a tomar posições pessoais frente ao impessoal do coletivo, anestesiam suas consciências ao perceber que todos ao redor agem da mesma forma¹⁴³, e essa indiferença e irresponsabilidade generalizada constituem-se como um dos pontos centrais de sustentação da prática da tortura na atualidade.

É por esta razão que Hannah Arendt defende a importância de se reestruturar o vínculo entre o pensar e o agir, em um esforço quase obsessivo por humanizar o mundo¹⁴⁴. Segundo ela, ao sermos incapazes de formular um juízo crítico e reflexivo sobre a realidade em que vivemos, somos tão desumanizados quanto as vítimas de nossos atos¹⁴⁵, pois estamos negando a nós mesmos aquela característica que nos define enquanto humanos: a

¹⁴¹ CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**, pg. 329.

¹⁴² Conforme expôs a professora Priscilla Placha Sá, um dos momentos nacionais em que se percebeu que a população em geral aplaude o policial que tortura o bandido foi na ocasião do lançamento da produção cinematográfica “Tropa de Elite”. Segundo ela, o sucesso de bilheteria, bem como de pirataria, indicam que a sociedade deseja este tipo de conduta e não percebe – assim como não o perceberam os alemães durante o regime nazista – que o resultado disso é catastrófico para ela mesma. Segundo Priscilla, “é impensável a ação e a omissão com essa gravidade sem a total ausência de consciência e razão do povo”. Ver SÁ, Priscilla Placha. **Capitão Nascimento e Adolf Eichmann: ficção e realidade na violação aos direitos humanos**. In: Melissa Folmann; Danielle Annoni (Org.). *Direitos Humanos – Os 60 Anos da Declaração Universal da ONU*. Curitiba: Juruá, 2008, 321-334.

¹⁴³ Interessante refletir, inclusive, sobre o fato de que os mesmos discursos incansavelmente repetidos e repletos de figura de linguagem que buscam amenizar as atrocidades cometidas, assim como a supressão da consciência através da percepção de que a sociedade como um todo se posiciona da mesma forma, foram igualmente utilizados por Eichmann, conforme discutido por Hannah Arendt. Ver ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém...**, pg. 65, 133 e 143.

¹⁴⁴ SIQUEIRA, José Eduardo de. **Irreflexão e a banalidade do mal...** [on line]

¹⁴⁵ MUNERATTO, Bruno Gustavo. **A Nova “Banalidade do Mal”...** [on line]

capacidade de pensar. É somente com o resgate desta que podemos impedir que tragédias cotidianas como a tortura continuem acontecendo.

3.2 A DESVALORIZAÇÃO DA FIGURA DO INFRATOR

Outro importante pilar que sustenta a prática da tortura nas delegacias brasileiras é a desvalorização da figura do infrator, através de sua visualização como inimigo da sociedade. Neste sentido, é propagada a ideia de que os indivíduos investigados pela prática de delitos não merecem um tratamento digno nem o respeito às suas garantias e direitos, devendo ser punidos não só pelo que possivelmente fizeram, mas por tudo aquilo que representam. Embora as reflexões sobre o tema por vezes em muito se aproximem do ponto anteriormente abordado – sobretudo no que se refere à desumanização do outro, à dificuldade de se percebê-lo como igual e à incapacidade de reflexão dos indivíduos – é interessante analisar esta questão separadamente, uma vez que está envolvida aqui, para além da indiferença, a manipulação do ódio da sociedade.

De acordo com o relatório divulgado em maio deste ano pela Anistia Internacional, não há dúvidas de que, dentre os direitos humanos defendidos internacionalmente, o direito de viver livre da tortura é um dos que conta com a proteção mais robusta. As leis internacionais não abrem qualquer exceção em relação a este direito, de modo que a proibição da tortura se estende a todos, em qualquer lugar e em quaisquer circunstâncias. Nem mesmo situações de emergência, tais como guerras ou ataques terroristas, abrem espaço para este tipo de violação¹⁴⁶. Contudo, a verdade é que exceções são abertas constantemente e a tortura continua ocorrendo em larga escala em diversos países do mundo, sendo que em cada um deles é possível identificar grupos de indivíduos especialmente vulneráveis a esta prática. Enquanto a religião, a visão política ou a nacionalidade podem ser decisivas em alguns países¹⁴⁷, no Brasil destacam-se dois elementos que caracterizam a vulnerabilidade à tortura: o racial e o econômico/social.

¹⁴⁶ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

¹⁴⁷ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

Para se compreender o uso atual da tortura e o seu direcionamento a determinados grupos, alguns autores defendem a necessidade de se fazer uma análise histórica, resgatando certos aspectos de nosso passado. A socióloga Vera Malaguti Batista, por exemplo, explica que a tortura aflorou no Brasil pela primeira vez no próprio encontro civilizatório, em meio ao genocídio de nossos índios e ao estabelecimento da escravidão. Ela defende que foi por causa do olhar etnocêntrico de nossos colonizadores que se naturalizou uma hierarquização dos indivíduos, através da qual alguns homens eram tidos como menos humanos do que outros¹⁴⁸. A historiadora Angela Mendes de Almeida, por sua vez, afirma que o traço da mentalidade brasileira que criminaliza a pobreza a priori e percebe alguns indivíduos como não humanos tem suas origens em nosso escravismo. Segundo ela, a opção tomada pelos colonizadores de se construir a sociedade com base em grandes propriedades agroexportadoras trabalhadas por escravos – ao invés de pequenas propriedades com trabalho familiar – fez com que não se desenvolvesse aqui um sentimento de solidariedade e igualdade entre os membros da comunidade. A desigualdade radical percebida entre escravos e homens livres marcou profundamente a mentalidade nacional, motivo pelo qual permanece a recusa em se admitir que todos os indivíduos tenham direitos iguais¹⁴⁹. Ela explica ainda que, com a abolição da escravatura, os castigos corporais comumente aplicados aos escravos foram transferidos para o tratamento dos delitos dos ex-escravos, de modo tal que a tortura implementou-se nas delegacias como método privilegiado de investigação destes indivíduos¹⁵⁰.

Resta claro, portanto, que o processo de construção de um olhar que não reconhece o outro como igual – no que se refere aos indivíduos oriundos de classes mais desfavorecidas e, dentre eles, especialmente os de descendência africana – remonta a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na escravidão e no extermínio dos povos

¹⁴⁸ BATISTA, Vera Malaguti. **A tortura como cultura**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.asa.org.br/mostra_sessao_boletim.php?id_boletim=58&id_sessao_boletim=105>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

¹⁴⁹ ALMEIDA, Angela Mendes de. **Violência e cordialidade no Brasil**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/angela9.htm>>. Última atualização em 17 de agosto de 2014.

¹⁵⁰ ALMEIDA, Angela Mendes de. **Raízes históricas da violência policial**. Juízes para a democracia. São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, n. 63, p. 12, 2014.

indígenas¹⁵¹. Assim, a especial vulnerabilidade destes indivíduos à tortura não é de hoje, constituindo-se como característica histórica do Brasil. Somente em dois períodos específicos – quais sejam o Estado Novo e a Ditadura Militar – é que a figura do inimigo mudou de direcionamento, atingindo pela primeira vez na história membros da classe média e elite brasileiras, na figura dos dissidentes e dos intelectuais¹⁵². Foi por este motivo que a tortura destes períodos chocou a sociedade e é lembrada ainda hoje: porque foi derrubada a imunidade dos setores privilegiados. Com o retorno à democracia, no entanto, a tortura não acaba, apenas retorna às suas vítimas rotineiras¹⁵³.

Para além desta questão histórica, é possível distinguir dois motivos principais pelos quais os grupos mencionados são tão vulneráveis à prática da tortura nos dias de hoje. Primeiramente, há que se considerar que estes indivíduos são aqueles que têm maiores dificuldades no acesso à proteção e aos mecanismos de denúncia. As razões pelas quais eles não recorrem a estes meios podem variar desde a falta de conhecimento e uma série de dificuldades práticas até o medo de não serem levados a sério ou sofrerem retaliações¹⁵⁴. Inclusive, há quem destaque a dificuldade que os membros desta parcela da sociedade têm para enxergar a si mesmos como sujeitos de direito. Isso porque muitos deles convivem diariamente com a sua exclusão dos meios de acesso aos direitos fundamentais mais básicos, graças a esta condição de desigualdade determinada historicamente¹⁵⁵. Certamente os torturadores têm conhecimento desta situação, e é bastante provável que se utilizem desta razoável certeza de impunidade para praticar a tortura tranquilamente¹⁵⁶.

O segundo motivo diz respeito à existência de um discurso que busca individualizar inimigos dentro da sociedade, autorizando todo tipo de tratamento

¹⁵¹ Outros autores que defendem este raciocínio, para além daquelas já citadas, são Mariana Joffily e Luciano Mariz Maia. Ver JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político**, pg. 379; e MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

¹⁵² PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

¹⁵³ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

¹⁵⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

¹⁵⁵ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 158.

¹⁵⁶ Neste sentido, Vanessa Chiari Gonçalves constatou, através de entrevistas realizadas com policiais militares, que um dos motivos para a diferença no tratamento entre diferentes grupos sociais é a possibilidade de o indivíduo vir a denunciar possíveis torturas sofridas. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 187.

violento e abusivo em busca de sua neutralização – ou, em casos mais extremos, até a sua aniquilação. Contra tais indivíduos é declarada uma espécie de guerra interna, marcada pelo total desrespeito às garantias constitucionais e aos limites do poder estatal¹⁵⁷. Essa estratégia, como bem explica Eugenio Raúl Zaffaroni, tem sido utilizada pelo poder punitivo desde a sua própria origem, o qual se vale do reforço aos preconceitos da sociedade como forma de impor medo e, conseqüentemente, justificar níveis repressivos elevados¹⁵⁸. Alguns exemplos históricos disso são: as feiticeiras e demais hereges, combatidos pelas Inquisições; os judeus, exterminados pelo regime nazista; os comunistas perseguidos, por exemplo, pelas ditaduras latino-americanas; e, atualmente, os indivíduos ligados ao tráfico de drogas e ao terrorismo.

É possível perceber, através destes exemplos, que sempre se admitiu um trato diferenciado daqueles indivíduos que, por uma ou outra razão, incomodavam a sociedade e, sobretudo, os detentores do poder. Inclusive, para os governantes é bastante interessante manipular a opinião pública a fim de atribuir aos inimigos todas as frustrações e revoltas do povo, porque isso possibilita a ocultação dos verdadeiros males que sustentam a estrutura de dominação e poder¹⁵⁹. Como bem exposto pela juíza Maria Lúcia Karam, o combate a um inimigo determinado desvia as atenções da busca por soluções eficazes que tratem não da punição do sujeito, mas sim das fontes geradoras de criminalidade, permanecendo estas intocadas¹⁶⁰.

Tudo isto se torna um problema ainda mais grave na medida em que os dados sobre a criminalidade são manipulados a fim de se agravar o sentimento de insegurança da população. Neste sentido, os professores Massimo Pavarini e André Giamberardino afirmam que “no Brasil, o ‘medo do crime’ parece ter sido sempre instrumentalizado como recurso político de legitimação do

¹⁵⁷ Sobre o tema, cumpre recordar as teorizações de Günther Jakobs acerca do Direito Penal do Inimigo. A crítica à ideia por ele defendida de que, ao lado de um sistema penal de garantias voltado para os cidadãos, deva existir igualmente um sistema penal altamente repressor contra aqueles que não podem ser considerados como pessoas – e, conseqüentemente, devem ser vistos como inimigos da sociedade – pode ser entendida a partir das reflexões de Massimo Pavarini. Ver PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos: criminalidade, exclusão e insegurança**. Curitiba: LedZe, 2012, pg. 167-176.

¹⁵⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**, pg. 34.

¹⁵⁹ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**. In: Nilo Batista (Dir.). **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998, pg. 171.

¹⁶⁰ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 172.

extermínio, e assim ainda o é, atualmente, especialmente em face da altíssima percepção subjetiva de insegurança atual”¹⁶¹. Segundo eles, mesmo que se admita um aumento real nas possibilidades de vitimização, é imprescindível que se compreenda não ser este risco o produtor direto da insegurança. Diferentemente disto, o que ocorre é a construção de um imaginário que possibilita que se governe através do medo, enquanto tudo passa a ser socialmente reconstruído segundo a ótica da segurança¹⁶². Neste mesmo sentido, Maria Lúcia Karam afirma que a manipulação e a espetacularização dos dados sobre a criminalidade substituem os verdadeiros riscos por superdimensionados riscos imaginários. Segundo ela, a manipulação do sentimento de insegurança e do medo coletivo difuso “gera um crescente clima de histeria e de pânico diante da criminalidade, alimentando exacerbados desejos repressores e punitivos”¹⁶³.

É dentro desta lógica que se insere aquilo que Zaffaroni chamou de o “novo autoritarismo *cool*”¹⁶⁴. De acordo com o autor, este novo tipo de discurso autoritário, bastante difundido no mundo e especialmente na América Latina, se caracteriza pela exagerada simplicidade e superficialidade das ideias que defende, reduzindo-se a mera mensagem publicitária. Existe um apelo emocional que, promovendo impulsos vingativos, busca vender o poder punitivo como uma mercadoria. Uma considerável parcela da população adere a estes discursos, sem qualquer reflexão mais aprofundada, acreditando em suas promessas de resgate da segurança perdida. Ao mesmo tempo, diversos políticos sustentam este discurso sem qualquer convicção, somente para não perder espaço publicitário. É por esta razão que tantas leis absurdas são aprovadas, assim como é comum perceber uma rejeição por vezes bastante violenta dos discursos relacionados aos direitos humanos¹⁶⁵.

¹⁶¹ PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da Pena e Execução Penal: Uma Introdução Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, pg. 224.

¹⁶² PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da Pena e Execução Penal...**, pg. 224-225.

¹⁶³ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 170.

¹⁶⁴ Sobre as reflexões de Zaffaroni acerca do novo autoritarismo *cool*, ver ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**, pg. 59-81.

¹⁶⁵ Neste sentido, como bem apontou Carlos Magno Nazareth Cerqueira, é raro, no cenário brasileiro, que as diretrizes governamentais na área de segurança pública adotem posições favoráveis à ideologia dos direitos humanos e, quando o fazem, são sempre acusadas de complacência com os criminosos. Ver CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**. In: Nilo Batista (Dir.). **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998, pg.188.

É interessante notar a considerável contribuição que a imprensa presta para a disseminação destas ideias autoritárias. Ao mesmo tempo em que é ela que, eventualmente, substitui os aplausos cotidianos à atuação violenta da polícia por exigências de punição dos torturadores – ao divulgar ações particularmente cruéis¹⁶⁶ –, ela também cumpre um papel estratégico na exacerbação dos desejos punitivos da coletividade, ao favorecer a construção do medo e divulgar teses de endurecimento penal¹⁶⁷. É por isso que Zaffaroni fala na revolução tecnológica/comunicacional como elemento central que permite o avanço deste discurso punitivo e repressivo em escala mundial¹⁶⁸. Esta guerra ao inimigo interno, como bem apontou o professor Massimo Pavarini, nos convenceu progressivamente como uma escolha inevitável. Segundo ele, defender-se, inclusive militarmente, do inimigo interno nos é apresentado como uma necessidade¹⁶⁹, e é por esta razão que já não a questionamos mais.

É possível perceber, portanto, que o medo exacerbado de ser vítima de violência, a exclusão do sistema de proteção e garantias legais dos suspeitos de delinquirem e a presença de valores, dentro de nossa sociedade, que promovem a aceitação desta prática podem sim ser considerados como alguns dos principais motivos pelos quais a tortura continua ocorrendo, a despeito das várias iniciativas adotadas para erradicá-la – como bem ponderado por Nancy Cardia e Fernando Salla¹⁷⁰. O discurso que insiste em apontar um vertiginoso crescimento dos índices de criminalidade e uma suposta generalização da impunidade contribui em muito para uma crescente aceitação da tortura e flexibilização das regras que a proíbem, por parte da população brasileira. É por isso que Pavarini afirma a necessidade de se levar a sério o medo das pessoas, uma vez que o pânico social por conta da criminalidade pode levar à aceitação de todo tipo de intransigência¹⁷¹.

Uma pesquisa de opinião pública que apresenta alguns dados bastante interessantes sobre o tema foi realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência

¹⁶⁶ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 175.

¹⁶⁷ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**, pg. 189.

¹⁶⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**, pg. 53.

¹⁶⁹ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 59.

¹⁷⁰ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 315-316.

¹⁷¹ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 213,

da Universidade de São Paulo (USP) em 1999, tendo sido repetida em 2010¹⁷². O objetivo deste estudo era o de monitorar o impacto que a contínua exposição à violência tem sobre as atitudes e percepções da sociedade em relação aos direitos humanos, bem como auxiliar no planejamento de programas que visam ampliar o acesso a tais direitos. No primeiro ano, foram feitas aos entrevistados duas perguntas relacionadas ao tema da tortura, estando uma relacionada à possibilidade de um policial agredir um suspeito e a outra referente à aceitação por tribunais de provas obtidas mediante tortura. Uma vez que estas mesmas perguntas foram repetidas em 2010, é possível comparar os resultados. A conclusão mais significativa apontada pela coordenadora do projeto é a de que para ambas as perguntas houve uma redução considerável daqueles que discordavam totalmente destas possibilidades (de 88,7% para 67,9% na primeira pergunta e de 71,2% para 52,5% na segunda). Ainda, o aumento – ainda que não tão significativo – das outras possibilidades de respostas (discordo em parte, concordo em parte e concordo totalmente) indicam que as pessoas se tornaram mais flexíveis quanto a estas violações.

No segundo ano de pesquisa, os entrevistados foram indagados ainda sobre considerarem aceitável ou não a utilização pelo governo de coerção para extrair confissões, e sobre quais seriam as condutas adequadas a um policial que prendesse pessoas praticando determinados tipos de delitos. Quanto a estas perguntas, enquanto 78,1% dos entrevistados considera inaceitável que o governo se utilize de coação para extrair confissões, somente pouco mais da metade defende que a polícia deve interrogar sem o uso de qualquer tipo de violência – o que parece bastante contraditório. Nesta segunda pergunta as respostas variaram conforme o tipo de delito apresentado (assalto, estupro, sequestro, tráfico de drogas ou uso de drogas), mas o resultado final mostrou que todos os tipos de delito tiveram, em maior ou menor percentual, a aceitação de alguma forma de tortura (dentre elas, ameaçar, bater, dar choques, queimar com ponta de cigarros, deixar sem água/comida ou ameaçar

¹⁷² Esta pesquisa foi coordenada pela psicóloga Nancy Cardia e os dados citados no presente trabalho foram retirados do próprio relatório final da pesquisa, bem como de um artigo recentemente publicado por ela e Fernando Salla sobre o tema. Ver CARDIA, Nancy (Coord.). **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>>. Última atualização em 11 de setembro de 2014; e CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 339-345.

os familiares do suspeito). O número de entrevistados que considerou adequada alguma forma de tortura variou entre 32,1% e 43,2%.

É fácil perceber, portanto, a ausência de uma rejeição absoluta da população à tortura quando as vítimas são suspeitas da prática de um crime. Embora as leis internacionais das quais o Brasil é signatário sejam bastante explícitas no sentido de não admitir exceções à proibição, a própria comunidade parece entender ser possível abrir brechas na lei em alguns casos. O interessante, contudo, é que em nenhum momento da pesquisa foi insinuado que se tratasse de uma situação excepcional – tal qual uma ameaça de ataque terrorista –, de modo que a tortura seria utilizada para se evitar um mal maior. Pelo contrário, as situações apresentadas correspondiam a investigações de rotina. Uma das explicações possíveis para este comportamento diz respeito ao sentimento de insegurança da população diante da violência, o que se reflete em um discurso que clama pela adoção de medidas mais severas no combate à criminalidade. Neste sentido, dentre as conclusões apontadas no próprio estudo está a de que a exposição contínua à violência pode aumentar a probabilidade de que ela seja encarada como uma resposta razoável e apropriada para uma situação¹⁷³. De qualquer modo, é evidente que há uma parcela considerável de indivíduos que considera a tortura uma prática aceitável em determinadas ocasiões, e são raríssimas as manifestações coletivas de repúdio a esta prática.

É por esta razão que Maria Lúcia Karam defende ser incoerente querer punir quem combate o inimigo como se estivesse em guerra quando é esta a expectativa que se cria sobre ele¹⁷⁴. Ela explica que os agentes policiais que eliminam ilegalmente os supostos criminosos – e aqui podemos pensar também naqueles que os torturam – apenas reproduzem e concretizam a ideia dominante de que o combate à criminalidade há que se fazer a qualquer preço. É inconcebível exigir que os agentes da repressão pautem a sua atuação pelo

¹⁷³ Ao tratarem dos resultados da pesquisa, Nancy Cardia e Fernando Salla levantam a hipótese de uma possível relação entre as respostas dos entrevistados e o padrão de contato que cada um teve com algum tipo de violência nos 12 meses que antecederam a entrevista. Embora os dados coletados necessitem de uma análise mais cuidadosa – já que a relação não estava presente em todos os momentos –, parece haver algum grau de interferência entre a experiência de vitimização dos indivíduos e a aprovação do uso da força contra os suspeitos da prática de delitos. Neste sentido, ver CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 345.

¹⁷⁴ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 176.

respeito aos direitos daqueles indivíduos quando são orientados a trabalhar dentro de uma lógica de guerra¹⁷⁵. Tendo isso em vista, é fundamental analisar as instituições policiais e a crise por elas experimentada atualmente.

3.3 A CRISE DO SISTEMA DE POLÍCIA

O terceiro pilar que sustenta a tortura contemporânea está relacionado à crise experimentada atualmente por nossas instituições policiais. São muitos os problemas a serem abordados, alguns mais complexos que outros, e todos envolvem em maior ou menor medida questões culturais. Este item do trabalho buscará demonstrar que, embora seja comum alegar que os problemas da polícia são conjunturais, fruto da má administração e dos vícios dos elementos que naquele momento exercem o poder repressivo, o verdadeiro problema está nos próprios fundamentos do sistema¹⁷⁶.

A primeira coisa que é preciso ter em mente ao se tratar da crise do sistema de polícia – na linha do que já vem sendo trabalhado – é que ela não pode ser compreendida sem se considerar as variáveis externas que influenciam tais instituições. Ao tratar do tema, o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira explica que as influências externas podem ser positivas ou negativas. No primeiro caso, é dever da administração reforçar tais influências, e um exemplo para isso poderia ser a colaboração das universidades no desenvolvimento de estudos sobre métodos de resolução pacífica de conflitos e sobre os efeitos provocados nos próprios policiais pelo uso sistemático da violência¹⁷⁷. Já no caso das influências negativas, é fundamental neutralizá-las, sobretudo quando são contrárias à ideologia dos direitos humanos. Os poderes citados por ele são os políticos (envolvendo executivo, legislativo e judiciário), o

¹⁷⁵ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 175-176.

¹⁷⁶ Augusto Frederico Gaffrée Thompson afirma, neste sentido, que esta estratégia serve para manter o status quo, na medida em que alegar que a podridão policial é culpa dos policiais que estão ali naquele momento impede a sociedade de questionar o próprio sistema. Assim, os brados de revolta limitam-se a exigir um aprimoramento dos quadros funcionais, de modo que alguns policiais servem como bode expiatório, pagando por um estado de coisas que persistirá. Ver THOMPSON, Augusto Frederico Gaffrée. **Reforma da polícia: missão impossível**. In: Nilo Batista (Dir.). *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, pg. 248.

¹⁷⁷ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação**. In: Nilo Batista (Dir.). *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999, pg. 221.

econômico, o militar, o sindical e a mídia, mas talvez ainda seja possível pensar em outros. Cada um deles busca orientar as atitudes da instituição policial a fim de atender aqueles interesses que lhes são próprios, de modo que é preciso ter muita cautela no relacionamento com cada um¹⁷⁸.

Tendo sido dito isso, é preciso deixar claro o que se quer dizer quando se fala na crise do sistema de polícia. Esta expressão foi utilizada por Massimo Pavarini ao defender que as condições necessárias para que a polícia pudesse funcionar de acordo com as expectativas que recaem sobre ela estão ausentes em nossa sociedade atual¹⁷⁹. Segundo ele, para que a polícia pudesse assumir a missão de garantir o respeito à lei – conforme seu papel tradicionalmente atribuído –, três pré-condições seriam necessárias: uma reduzida esfera do ilícito penal; uma ampla coincidência entre a legalidade formal e o sentimento social difuso de legalidade; e a presença de uma ampla e difusa rede de práticas de socialização e de controle informais, capazes de gerir diversas condutas desviantes sem precisar recorrer às agências repressivas do Estado. Pavarini argumenta que, com os vastos limites da esfera do ilícito penal, com o rompimento da identificação entre a percepção social do ilícito e as determinações normativas e, por fim, com a crise irreversível das agências informais de disciplina social, a atuação da polícia se torna necessariamente discricionária e seletiva. Ao mesmo tempo, por outro lado, as demandas sociais de intervenção crescem a ponto de se tornarem exuberantes, ficando ainda mais explícita a impossibilidade de a polícia, como recurso escasso, atender às crescentes exigências da sociedade.

É aí que entra a crise da polícia. De acordo com Pavarini, a polícia é sempre necessariamente discricionária, e não poderia agir de outra forma¹⁸⁰. Uma vez que seus recursos são escassos, se lhe forem atribuídas tarefas que vão muito além de suas possibilidades ela estará fadada ao fracasso. Com isso, é chegada a hora de superar o modelo do *Professional Law Enforcement* – segundo o qual a polícia tem como tarefa afirmar profissionalmente a legalidade – e abrir espaço para um novo tipo de polícia, que atue seletivamente dentro da lógica do *Problem Solving Strategy*. Neste sentido,

¹⁷⁸ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**, pg. 185-187.

¹⁷⁹ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 252-253.

¹⁸⁰ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 253.

todo o aparato policial seria voltado para a realização daquele que deveria ser o seu objetivo dentro de um Estado democrático, qual seja o de auxiliar a sociedade na construção da segurança e de uma cultura de respeito aos direitos de todos os cidadãos¹⁸¹.

Para além da crise vivida pela polícia devido a esta incompatibilidade entre os recursos disponíveis e as tarefas a ela atribuídas pela comunidade, algumas dificuldades práticas são destacadas por diversos autores, as quais contribuem para tornar a situação ainda mais grave. Primeiramente, há que se considerar que os policiais estão sobrecarregados graças ao volume descomunal de trabalho, o que resulta em um nível de estresse e pressão inimagináveis¹⁸². Além disso, há que se destacar a ausência de uma estrutura adequada para a realização de investigações¹⁸³. Sobre o tema, Carlos Magno Nazareth Cerqueira aponta, dentre as estratégias possíveis para o aperfeiçoamento das investigações criminais, o esforço do governo para dotar os setores da polícia judiciária de recursos científicos e técnicos indispensáveis para tais atividades e a promoção de intercâmbios sistemáticos com centros de pesquisa universitários para a capacitação dos peritos criminais ou mesmo para a realização de perícias que envolvam instrumentos científicos e técnicos mais sofisticados¹⁸⁴.

Relacionado a isto, verificam-se ainda graves deficiências no que se refere à capacitação e profissionalização dos policiais, o que também constitui-se como um grave problema. Neste sentido, Luciano Mariz Maia aponta que os treinamentos oferecidos aos policiais não são adequados nem quanto à técnica, nem quanto à ética ou à legalidade¹⁸⁵. Já os policiais militares

¹⁸¹ Esta e outras possibilidades de transformação da polícia serão abordadas no próximo capítulo.

¹⁸² Como bem apontado pelo consultor de Direitos Humanos da ONU, Conor Foley, é preciso reconhecer as dificuldades enfrentadas por nossos policiais graças principalmente à sobrecarga de trabalho e, ao lado disso, a falta de recursos disponibilizados pelo Estado. Neste sentido, ele afirma que a crítica à prática da tortura não é necessariamente uma crítica aos indivíduos envolvidos, mas sobretudo ao Estado que não garante condições adequadas para que estes policiais desenvolvam o seu trabalho. Ver FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 5.

¹⁸³ Esta foi, inclusive, uma das principais razões apontadas pelos próprios policiais militares entrevistados por Vanessa Chiari Gonçalves para a perpetuação da prática da tortura. Segundo eles, a falta de uma estrutura adequada para que as investigações ocorram com a rapidez e a exigência exigidas, aliada à pressão por resultados, dá margem para que os policiais se sintam tentados a resolver a questão através do uso de violência. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 12.

¹⁸⁴ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos**, pg. 219.

¹⁸⁵ MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

entrevistados por Vanessa Chiari Gonçalves afirmam que, embora tenha havido certo avanço nos cursos no que se refere à inclusão de disciplinas referentes aos direitos humanos, estes continuam altamente elitizados, de modo que o acesso a bons cursos é para poucos¹⁸⁶.

Ainda no que se refere às situações verificadas na prática que agravam a situação de crise vivida pela polícia, é possível citar os baixos salários, a corrupção policial, os altos riscos para a integridade física dos profissionais que atuam com o policiamento ostensivo, o autoritarismo interno, a ausência de metas claras e planejamento a longo prazo, a falta de acompanhamento psicológico, o corporativismo institucional, o isolamento social decorrente de uma barreira de preconceitos¹⁸⁷ e, por fim, um sentimento de profunda frustração¹⁸⁸. Não há dúvidas de que todas estas questões interferem direta ou indiretamente no tratamento dispensado aos indivíduos durante as investigações criminais, contribuindo para a perpetuação da tortura.

Contudo, a característica de nossas instituições policiais que apresenta os efeitos mais devastadores – influenciando fortemente na permanência da tortura – é, sem sombra de dúvidas, a sua militarização, a qual constitui-se como o grande problema a ser enfrentado. Como bem expôs o historiador Luís Mir, houve uma intensificação do militarismo na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, através da contínua proliferação de técnicas militares dentro dos corpos policiais¹⁸⁹. Um exemplo disto foi a introdução de armamento

¹⁸⁶ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 193-194.

¹⁸⁷ Sobre o desprezo que parcela considerável da população tem por estes profissionais, Augusto Frederico Gafrée Thompson afirma que aos policiais, por serem oriundos essencialmente das camadas mais baixas da sociedade, são destinadas as atividades indignas do sistema penal. São eles que recebem os piores salários e têm a menor proteção institucional, arcando com todos os ônus da aplicação da justiça. Ainda sobre o tema, é célebre a passagem do discurso de Nilo Batista em que ele afirma que “as elites que sempre governaram o país usaram-nos historicamente, enquanto funcionários do estado, para os serviços mais difíceis, mais brutais e brutalizantes, inclusive algumas vezes para serviços sujos; usaram-nos e mantiveram-nos bem longe de qualquer coisa importante: bons para a porta da garagem, porém sem nenhum acesso à sala de visitas”. Ver THOMPSON, Augusto Frederico Gafrée. **Reforma da polícia...**, pg. 247; e BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990, pg. 170-171.

¹⁸⁸ De acordo com os policiais militares entrevistados por Vanessa Chiari Gonçalves, a revolta decorrente da falta de reconhecimento profissional e os consequentes sentimentos de raiva e frustração constituem algumas das principais razões pelas quais a violência é imposta aos investigados, os quais servem de bode expiatório de toda esta mágoa. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 166 e 191.

¹⁸⁹ MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004, pg. 406-407.

militar, a qual aumentou o poder letal destas instituições. Essa militarização da polícia, adotada paulatinamente pelo Estado como alicerce principal de sua política de segurança pública, é apresentada como uma resposta adequada ao problema da criminalidade. No entanto, a verdade é que essa postura não diminui os índices de violência urbana, bem como não atua em suas causas, servindo apenas para agravar o problema¹⁹⁰.

A maneira pela qual a militarização influencia na prática da tortura está relacionada a esta postura adotada pela polícia a fim de se combater a criminalidade. A partir do momento em que as instituições policiais passam a atuar dentro de uma perspectiva de guerra e percebem alguns grupos de indivíduos como inimigos – dentro, inclusive, da ideia de desvalorização da figura do infrator anteriormente abordada – a tortura se legitima como instrumento adequado de combate. A proteção contra tais violações já não se aplica a estas pessoas, na medida em que elas representam uma ameaça à sociedade. E não só os suspeitos da prática de delitos deixam de ser vistos como cidadãos possuidores de direitos e garantias, mas também o ambiente em que atuam ou habitam passam a ser percebidos como um terreno de operações¹⁹¹, e toda a comunidade passa a sofrer os efeitos desta violência.

Resta clara, portanto, a necessidade de se superar a militarização das polícias a fim de que o infrator deixe de ser combatido dentro de uma lógica de guerra e volte a ser percebido como um sujeito de direito. Deve haver um profundo esclarecimento dos agentes do Estado e de toda a população de que, assim como quaisquer outras, também estas pessoas devem receber total proteção contra a prática da tortura.

¹⁹⁰ MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma**, pg. 410-411.

¹⁹¹ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**, pg. 189.

4 PROPOSTAS DE COMBATE À TORTURA

Certas horas da manhã e da tarde, dependendo da posição do sol, o vidro reflete um pouco, sem deixar de ser transparente. E então a gente vê, lá dentro, a gente mesmo, junto com os outros.

[...]

Às vezes parece que eu estou sendo interrogado, outras vezes eu é que estou dando porrada.

Ivan Angelo, 2006.

Algumas reflexões foram feitas, ao longo do capítulo anterior, a respeito de certos elementos presentes na cultura brasileira que interferem diretamente na perpetuação da tortura praticada nas delegacias. Tanto a banalização da violência quanto a desvalorização da figura do infrator e a crise experimentada atualmente pelas instituições policiais contribuem para que se constitua um ambiente propício à tortura, e o caminho ideal para se alcançar o fim destas práticas passa por uma transformação cultural radical. Neste momento do trabalho, além de se abordar alguns passos necessários para essa transformação, pretende-se listar uma série de medidas práticas e eficientes que, embora não atuem nas causas do problema, podem ser bastante positivas no que se refere à redução dos riscos de submissão à tortura deste grupo especialmente vulnerável.

4.1 UMA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

Uma das principais críticas feitas à lei nº 9.455/97 se refere ao reduzido número de condenações que ela ensejou desde a sua edição, bem como à sua ineficiência em relação à redução da frequência com que este crime ocorre. Além disso, verifica-se que com base nela foram condenados principalmente indivíduos privados, enquanto agentes do Estado continuam sendo processados a partir de outros tipos penais, tais como o abuso de poder e a lesão corporal¹⁹². É possível questionar, a partir disso, os motivos pelos quais a lei brasileira contra a tortura não teve a eficácia esperada, no que se refere a eventuais expectativas de que ela pudesse solucionar o problema.

¹⁹² FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 110.

Neste sentido, é interessante tratar da análise feita pela professora Mariana Thorstensen Possas acerca dos discursos paradoxais sobre a tortura no Brasil¹⁹³. De acordo com ela, é possível reconhecer a existência de dois discursos oficiais sobre a tortura e sua prática em nosso país: um contrário, expresso, por exemplo, na própria lei que criminaliza a conduta; e outro favorável, refletido na prática policial¹⁹⁴. A existência dessas duas visões radicalmente diferentes sobre o tema está na base para se compreender o motivo pelo qual a lei de 97 – assim como todos os outros instrumentos normativos assinados pelo Brasil – não foi eficaz para eliminar a prática da tortura. O motivo para isso é que a mera edição de uma lei não é capaz de homogeneizar discursos contrários dentro da sociedade, de modo que seria extremamente ingênuo acreditar que a considerável parcela da população que aceita a prática da tortura em determinadas situações pudesse mudar de posicionamento somente a partir de uma nova lei sobre o tema¹⁹⁵.

Além disso, Mariana Possas fala sobre as diferentes expectativas que podem surgir acerca da criminalização de uma determinada conduta. Segundo ela, é possível que a opção pela criminalização tenha como objetivo simplesmente indicar de maneira explícita a reprovação daquele comportamento, ou seja, declarar que a sociedade o considera inaceitável e repulsivo. Mas o objetivo pode ser, por outro lado, a repressão do comportamento, de modo que se opere uma redução drástica quanto à prática do crime¹⁹⁶. De acordo com a autora, a razão pela qual se percebe um sentimento de frustração em relação à lei nº 9.455/97 é porque houve uma mistura de expectativas quando de sua edição. Se, por um lado, havia um desejo de tornar clara a rejeição da prática da tortura, por outro lado era forte a esperança de que a criminalização seria a solução efetiva para o problema.

¹⁹³ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil: Reflexões a partir da Criação da Lei n. 9.455/97**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 437-471.

¹⁹⁴ De acordo com a autora, o fato de este segundo discurso, favorável à tortura, não estar na lei não significa que seja menos oficial que o primeiro. Afinal, “se a polícia pratica a tortura com a autorização ou, no mínimo, com a conivência dos seus superiores – sejam estes o delegado de polícia, o secretário de Segurança ou, em última instância, o governador – não dá para dizer que essa não é uma política de Estado”. Ver POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 468.

¹⁹⁵ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 463.

¹⁹⁶ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 452-453.

Note-se que, quanto à primeira expectativa citada, não há dúvidas de que tanto a lei nº 9.455/97 como os tratados internacionais assinados pelo Brasil são plenamente eficazes, uma vez que apontam para um claro compromisso nacional de repúdio à tortura. Por outro lado, é certo que tais instrumentos normativos são extremamente limitados quanto aos efeitos práticos desejados, de modo que a criminalização não solucionará o problema e serão frustradas as expectativas neste sentido¹⁹⁷.

A partir desta análise, resta claro o motivo pelo qual a lei nº 9.455/97 e os demais instrumentos normativos assinados pelo governo brasileiro não foram suficientes para eliminar a prática da tortura, a qual continua ocorrendo com frequência em nossas delegacias. A verdade é que a única expectativa que se pode ter em relação a estes instrumentos é a de explicitar a reprovação do comportamento, mas jamais esperar que sejam capazes de eliminar a sua prática. Afinal, a aprovação de uma lei não altera em nada as causas do problema. E há que se considerar ainda o perigo de se esperar que a criminalização altere a realidade fática, uma vez que isso desvia as atenções de outras possibilidades de combate situadas fora da esfera penal¹⁹⁸. Assim, se o objetivo do governo for de fato eliminar a prática da tortura no Brasil, é preciso pensar em alternativas que atuem sobre aqueles três pilares trabalhados no capítulo anterior. Somente através de uma transformação cultural radical é que se poderá de fato solucionar este problema.

Em um primeiro momento, no que se refere à banalização da violência, é fundamental que todas as pessoas exerçam sempre a capacidade de refletir criticamente sobre o que ocorre a sua volta. Como exposto anteriormente, a violência se torna banal a partir do momento em que deixamos de questioná-la, como se fosse algo natural, bem como quando deixamos de sofrer com as violações impostas aos outros, por não mais percebê-los como iguais. Através de um processo de desumanização – tanto do outro como de nós mesmos –, somos capazes de evitar o sentimento de culpa e substituí-lo pelo de indiferença, tornando possível viver ao lado da tortura ignorando-a. Sobre o tema, o professor Bruno Gustavo Muneratto afirma que a banalidade do mal que enfrentamos hoje vem por um deliberado totalitarismo do conforto

¹⁹⁷ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 457.

¹⁹⁸ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 457.

situacional. O problema, segundo ele, é que nós “não pensamos sobre as coisas, apenas bradamos o que nossa preguiça anuncia e decretamos, sem medo ou dúvida, o fim de nossa capacidade de esclarecimento”¹⁹⁹.

A solução para essa questão passa pelo resgate da capacidade de formular juízos críticos, pela reconstrução do vínculo com o outro e pela conscientização acerca de nossas responsabilidades para com o mundo. Neste sentido, é importante recordar as reflexões do filósofo Marco Casanova sobre o domínio do impessoal, introduzidas no capítulo anterior. Para o autor, a saída para aquele domínio do impessoal, caracterizado pela dissolução de toda reflexão ética e pelo abandono das responsabilidades individuais, está na conquista do si próprio. Nas palavras do autor, “só o si próprio é capaz de prescrever no momento da decisão o caminho necessário a ser percorrido. [...] Todo o nosso esforço precisa apontar, por isso, antes de tudo para uma luta contra o que há em nós de impessoal”²⁰⁰. É possível estabelecer uma conexão, neste ponto, com os conceitos de menoridade e Esclarecimento de Immanuel Kant, na medida em que se referem à saída da cômoda condição de menor para uma situação na qual se possa fazer uso de seu próprio entendimento²⁰¹. A partir disso, conclui-se que a solução para a questão da banalização da violência envolve uma mudança de postura envolvendo toda a sociedade. Todos devem se esforçar para abandonar a cômoda situação da irreflexão e passar a questionar todo e qualquer discurso, assumindo responsabilidade pelo mundo, a fim de garantir que não seremos cúmplices das violações às quais ainda hoje tantos indivíduos são submetidos.

Outra mudança cultural necessária envolve a superação da tendência de desvalorização da figura do infrator, a qual se opera, sobretudo, sobre aqueles que pertencem a determinados grupos que têm sido vistos e tratados historicamente como inimigos da sociedade – quais sejam os negros e os pobres. Como visto, os suspeitos da prática de crimes são muitas vezes considerados como casos excepcionais, aos quais não se aplica a proteção contra a tortura. A principal explicação para a aceitação deste tratamento

¹⁹⁹ MUNERATTO, Bruno Gustavo. **A Nova “Banalidade do Mal”...** [on line]

²⁰⁰ CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**, pg. 331.

²⁰¹ KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://ensinarfilosofia.com.br/__pdfs/e_livros/47.pdf>. Última atualização em 17 de agosto de 2014.

diferenciado diz respeito à existência de discursos que buscam afirmar uma suposta prevalência da impunidade e reforçar preconceitos sociais, bem como contribuir para a exacerbação de sentimentos como a insegurança e os desejos punitivos da sociedade. Neste sentido, Vanessa Chiari Gonçalves afirma que a esquizofrenia social causada pela cultura de combate ao terrorismo, ao narcotráfico e aos delitos praticados por supostas organizações criminosas faz com que sejam retomadas as discussões sobre a eficácia e a legitimidade do uso da tortura contra estes indivíduos²⁰².

Não há dúvidas, portanto, de qual a principal medida a ser adotada a fim de se romper com este segundo pilar que sustenta a tortura contemporânea: é preciso atacar os discursos que legitimam a sua prática. Primeiramente, há que se trabalhar no sentido de desconstruir preconceitos historicamente presentes na mentalidade brasileira, promovendo a inclusão dos excluídos e a interação entre os diversos grupos sociais²⁰³. Além disso, é de extrema importância que o discurso se altere no sentido de não mais perceber os infratores como inimigos, mas sim como cidadãos, reconhecendo e respeitando todos os seus direitos e garantias. É fundamental, ainda, que deixem de ser constantemente veiculados os discursos alarmistas sobre a impunidade e o crescimento da criminalidade – os quais só contribuem para aumentar a insegurança da população e exacerbar o ódio e incentivo à repressão. Ao invés disso, é preciso concentrar esforços na identificação das causas da criminalidade e atuar de maneira eficiente buscando reduzi-las²⁰⁴. Por fim, considerando-se o que foi dito anteriormente sobre a dificuldade que as vítimas da tortura têm para perceberem a si mesmas como sujeitos de direito, resta clara a importância de se garantir sempre o seu acesso a todos os seus direitos, para que tenham confiança na hora de denunciar qualquer violação. Antes de passar para o próximo tema, cumpre somente apontar que a substituição do discurso de combate ao inimigo deve partir de todos os indivíduos e instituições de nossa

²⁰² GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 121-122.

²⁰³ Considera-se como um bom exemplo de prática de inclusão que possibilita o combate a este tipo de preconceito o estabelecimento do sistema de cotas sociais e raciais para o ingresso nas Universidades e para concursos públicos.

²⁰⁴ Neste ponto, acredita-se que a garantia de condições dignas de vida a toda a população seria o caminho central para se combater a criminalidade.

sociedade, de modo que cada um cumpra seu papel na construção de uma sociedade mais tolerante e fraterna.

A superação da crise do sistema de polícia, a qual constitui-se como o terceiro pilar de sustentação da tortura contemporânea, envolve algumas transformações culturais – sobretudo no que se refere ao papel desempenhado pelos policiais – e outras medidas relacionadas a questões mais práticas. Primeiramente, há que se resgatar as constatações de Massimo Pavarini apresentadas anteriormente acerca da necessidade de superação do modelo do *Professional Law Enforcement*. Segundo o autor, uma vez que os recursos da polícia são escassos e as demandas são crescentes, ela não poderá ser eficaz enquanto continuar sendo vista como um instrumento de afirmação da legalidade²⁰⁵. Um possível novo modelo a ser implementado se refere ao *Problem Solving Strategy*, o qual defende que, para que se possa ter resultados apreciáveis a partir de recursos repressivos escassos, é preciso empregá-los seletivamente a partir de um critério de discricionariedade por avaliação de oportunidade. Este modelo reconhece que as demandas de legalidade e a necessidade de segurança devem ser diversamente satisfeitas, e a missão da polícia deve estar limitada somente a esta última²⁰⁶. E no que se refere à maneira como a polícia deve cumprir seu papel, Pavarini aponta para uma possibilidade de atuação através da polícia comunitária²⁰⁷: a própria comunidade indicaria, por meio da organização entre as forças de polícia, os serviços sociais e o voluntariado, quais as prioridades e modalidades de intervenção, resultando em sentimentos difusos de colaboração. Embora o autor ressalve que mesmo esta forma de organização pode ter dificuldades e deficiências, ela parece ser uma maneira interessante de se construir uma polícia mais eficiente²⁰⁸.

Outro autor que apresenta uma série de recomendações de mudanças que podem ser implementadas a fim de se conceber um novo modelo de serviços policiais, compatíveis com o Estado de Direito democrático, é o

²⁰⁵ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 253-255.

²⁰⁶ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 266.

²⁰⁷ Este modelo de polícia comunitária é defendido também por Carlos Magno Nazareth Cerqueira, o qual defende que a polícia deve buscar atender às necessidades da população e prestar contas a ela. Ver CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**, pg. 191.

²⁰⁸ PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos...**, pg. 267.

professor Nilo Batista. Segundo ele, são cinco as características que deveriam estar presentes na atuação de nossas instituições policiais para torná-las mais democráticas. Primeiramente, o serviço policial deve ter caráter comunitário, dialogando permanentemente com a sociedade organizada. Em segundo lugar, ele deve ter caráter preventivo, o que se reflete tanto no planejamento de estratégias de segurança pública quanto na consciência de que a polícia tem suas limitações, devendo agir em conjunto com outros planos administrativos, tais como educação e trabalho. Em terceiro lugar, para que o serviço policial seja eficaz deve chegar à raiz dos problemas, o que, segundo Nilo Batista, exige uma desburocratização dos serviços. Ainda, a atuação da polícia deve ser legal, uma vez que não é possível combater o crime através do crime. E, por fim, o serviço policial deve ser socializado, garantindo-se o acesso e atendimento também aos grupos mais carentes da sociedade²⁰⁹.

Ainda no que se refere às necessárias mudanças de ideologia das instituições policiais, defende-se com especial urgência a sua desmilitarização. Como dito anteriormente, a atuação dentro de uma lógica militar é a característica da polícia que mais entrava o combate à tortura, e a sua superação é fundamental para que se possa dar um passo adiante neste sentido. É importante deixar claro que a desmilitarização defendida não está relacionada necessariamente com a extinção da polícia militar ou com o afastamento desta organização do campo da segurança pública, como bem explicam os autores Maria Lucia Karam²¹⁰ e Carlos Magno Nazareth Cerqueira²¹¹. O foco desta medida deve estar no estabelecimento de uma nova concepção das ideias de segurança e de atividade policial, as quais hoje são formuladas a partir de uma lógica de guerra interna que pretende a eliminação do inimigo. A inversão desta lógica, como bem apontado pela autora, “é condição básica para a desejável e indispensável transformação do policial em um agente da paz, cuja função primordial seja proteger e prestar serviços ao cidadão”²¹².

Algumas medidas que podem auxiliar neste processo de transição de uma percepção das políticas criminais como políticas de guerra para uma nova

²⁰⁹ BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos...**, pg. 172-175.

²¹⁰ KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 177.

²¹¹ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos...**, pg. 223.

²¹² KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização**, pg. 178.

percepção mais solidária e pacífica são apresentadas por diversos autores, mas há que se destacar duas estratégias especialmente interessantes, discutidas por Carlos Magno Nazareth Cerqueira. A primeira delas diz respeito à proibição do tradicional treinamento policial militar inspirado no treinamento de contraguerrilheiros, bem como à proibição da utilização de marchas que instigam a violência ou a discriminação de determinadas pessoas ou grupos²¹³. A segunda medida se refere à importância de uma declaração explícita e pública de quais os novos referenciais teóricos e os valores institucionais a serem perseguidos, assim como quais os aspectos éticos, legais e técnicos que devem orientar a atuação dos policiais²¹⁴. Acredita-se que estas duas vias de transformação podem ser decisivas na alteração da ideologia de guerra presente nas instituições policiais brasileiras.

Ao lado do desafio acima exposto, é preciso lembrar que os policiais enfrentam uma série de dificuldades práticas que também contribuem para a perpetuação da tortura, as quais devem ser consideradas seriamente pelo governo e solucionadas tanto quanto possível. Conforme elencado no capítulo anterior, estas dificuldades compreendem o estresse devido à sobrecarga de trabalho, a ausência de uma estrutura adequada para investigações, a falta de profissionalização, os baixos salários, os altos riscos à integridade física, a falta de acompanhamento psicológico, o autoritarismo interno, a falta de reconhecimento social, entre outros²¹⁵. É fundamental que haja espaço dentro das instituições para que todos os seus membros possam debater dificuldades e possibilidades de mudança, e o governo deve dedicar especial atenção a este setor. A partir do momento em que nossos policiais passem a se sentir valorizados e reconhecidos pela comunidade e a contar com uma estrutura adequada para o cumprimento de suas tarefas, não há dúvidas de que estaremos um importante passo mais próximos da erradicação da tortura.

²¹³ CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos...**, pg. 221.

²¹⁴ Quanto a esta segunda medida, o autor sugere a adoção pelas organizações policiais brasileiras do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei da ONU – como um conjunto de princípios a serem seguidos –, bem como a criação de conselhos de ética e a inspiração em experiências realizadas em outros países – como, por exemplo, a declaração elaborada pelo governo canadense para as polícias daquele país. Ver CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos...**, pg. 213-214.

²¹⁵ Estas e outras dificuldades percebidas pelos policiais e a maneira como influenciam na prática da tortura são abordadas por Vanessa Chiari Gonçalves, a fim de demonstrar o modo como a tortura pode muitas vezes ser reflexo da frustração e revolta destes agentes. Ver GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 166-167.

4.2 MEDIDAS PRÁTICAS E EFICIENTES

Para além das soluções analisadas até este momento, é possível ainda pensar em algumas medidas bastante pontuais que podem ser consideravelmente eficazes para se combater a tortura. Embora não atuem sobre os três pilares que sustentam a sua prática, elas se constituem como caminhos complementares que podem apresentar resultados muito mais rápidos, uma vez que não dependem de transformações culturais que envolvam toda a sociedade.

A primeira dessas medidas diz respeito à obrigatoriedade de condução imediata ao juiz dos detidos pela polícia. Esta garantia já está prevista no ordenamento jurídico interno através da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, os quais determinam que toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais²¹⁶. Contudo, a verdade é que na prática os presos costumam esperar meses até serem conduzidos à presença de um juiz, o que indica que tais dispositivos são frequentemente violados²¹⁷. De acordo com a organização *Human Rights Watch*, “essa demora torna pessoas detidas mais vulneráveis à tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e compromete a preservação das provas dos abusos”²¹⁸. Afinal, a partir do momento em que um policial tem consciência de que levará meses até que aquele detido seja apresentado em juízo, ele se sente seguro para torturá-lo, sabendo que qualquer indício da violação terá desaparecido antes que qualquer denúncia possa ser feita. Ao se garantir a condução imediata, por outro lado, será fácil produzir provas da tortura, o que pode ser decisivo para que ela nem mesmo chegue a ocorrer.

É por esta razão que a *Human Rights Watch* solicitou ao Congresso Nacional, em carta enviada recentemente, que seja assegurado o célere

²¹⁶ A garantia está disposta desta forma no artigo 7.5 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O artigo 9.3 do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos é bastante semelhante, e dispõe que “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais”.

²¹⁷ HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Reformas Foram Insuficientes para Coibir Tortura**. [on line]

²¹⁸ HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado**. [on line]

trâmite do Projeto de Lei do Senado nº 554 de 2011, o qual determina o prazo máximo de 24 horas após a prisão em flagrante para que os presos sejam conduzidos à presença de um juiz²¹⁹. Com isso, espera-se ter uma redução considerável do número de indivíduos submetidos à tortura, já que, conforme expôs a organização, a maior parte dos casos ocorre durante as primeiras 24 horas de custódia policial. Além disso, é fundamental que se dê maior publicidade acerca desta garantia, uma vez que, conforme apontado por Luciano Mariz Maia, ela é desconhecida por grande parte dos operadores do direito. Segundo ele, os delegados desconhecem o seu dever de apresentar, os juízes o seu dever de exigir, os promotores o de fiscalizar e os advogados desconhecem seu dever de peticionar²²⁰.

Outra medida que pode ser bastante eficiente está relacionada à garantia de defesa técnica do suspeito durante todo o procedimento de investigação preliminar. O acesso a um advogado ou defensor público é percebido por diversos autores como uma das principais salvaguardas contra a tortura, na medida em que ele configura um importante instrumento de controle da atuação do Estado e de seus órgãos no processo penal²²¹. Se, por um lado, a ausência do advogado durante a tomada de depoimento pode significar altos riscos de submissão do suspeito à tortura, por outro lado a sua presença pode ser o mais importante instrumento de materialização de todos os seus direitos e garantias. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos já se posicionou neste sentido, afirmando que a presença do advogado é essencial para garantir que o suspeito não será obrigado a confessar e que não será torturado, aplicando-se o direito de defesa técnica desde o primeiro interrogatório²²². Além disso, como bem destacou o professor Aury Lopes Junior, a realização de interrogatório policial sem a presença de um defensor pode configurar uma nulidade absoluta, por violação de garantia constitucional²²³. O autor defende

²¹⁹ HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado**. [on line]

²²⁰ MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

²²¹ Defendem esta ideia, por exemplo, os autores Luciano Mariz Maia e Conor Foley. Além disso, a importância desta salvaguarda foi destacada pela Anistia Internacional, em relatório recente sobre o tema. Ver MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]; FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 88; e AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line].

²²² FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 90.

²²³ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 350.

que a garantia de assistência técnica prevista na Constituição Federal deve ser estendida a toda pessoa submetida a interrogatório, por conta da interpretação em conjunto dos incisos LXIII²²⁴ e LV²²⁵ do seu artigo 5º. Ainda, segundo ele, o direito de ser interrogado pela autoridade policial na presença de um defensor pode ser deduzida a partir do artigo 6º, inciso V do Código de Processo Penal²²⁶, o qual possibilita a aplicação do artigo 185 do mesmo código²²⁷ ao Inquérito Policial²²⁸. Resta claro, portanto, que o direito de ser acompanhado por um advogado desde o primeiro interrogatório deve ser assegurado a todos os suspeitos investigados pela polícia, e que esta exigência é plenamente defensável a partir de nossa legislação atual²²⁹.

Ainda sobre o tema, duas questões especialmente importantes devem ser consideradas. Primeiramente, é fundamental voltar nossa atenção para a grande parcela da sociedade brasileira que não possui meios para arcar com os custos de um suporte legal particular. A fim de garantir os direitos destas pessoas, o governo deve investir nas Defensorias Públicas o quanto seja necessário para que elas possam atuar com mais vigor²³⁰. De outro modo, somente os investigados que possuam significativos recursos econômicos poderão contar com o acompanhamento de um advogado que garanta seus direitos, enquanto os indivíduos historicamente excluídos continuarão, mais uma vez, vulneráveis a todo tipo de abuso policial. Além disso, como bem

²²⁴ Constituição Federal, artigo 5º, LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

²²⁵ Constituição Federal, artigo 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

²²⁶ Código de Processo Penal, artigo 6º - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: [...] V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título VII, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura.

²²⁷ Código de Processo Penal, artigo 185 - O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

²²⁸ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 482.

²²⁹ Outra figura que poderia exercer um importante papel no que se refere a garantir os direitos dos investigados durante sua custódia policial é a do juiz garante. Como bem exposto pelo professor Aury Lopes Junior, este juiz teria competência para decidir, mediante invocação da defesa, sobre a legalidade dos atos praticados pelos investigadores, exercendo assim o papel de controle sobre a legalidade dos atos praticados durante a investigação preliminar. Considerando-se, no entanto, que o estabelecimento do juiz garante envolveria uma alteração muito mais significativa do processo penal brasileiro, optou-se por não abordar esta possibilidade no presente trabalho. Sobre as considerações de Aury Lopes Junior, ver LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 406-407.

²³⁰ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 91.

observado por Aury Lopes Junior, não pode haver sigilo para o advogado durante o Inquérito Policial, bem como não pode ser negado o seu acesso às peças necessárias²³¹, em conformidade com a Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal²³². Tal garantia do advogado é fundamental para que ele possa exercer adequadamente a defesa do acusado, buscando prevenir a prática da tortura ou denunciar violências já ocorridas.

Outra importante medida a ser adotada é a implantação de um mecanismo eficiente e ativo de fiscalização de delegacias e demais locais de detenção, mecanismo este que pode ser útil tanto no que se refere a oferecer um meio para denunciar casos de tortura quanto na própria prevenção destes casos, graças principalmente à regularidade das visitas. Neste sentido, Conor Foley afirma ser amplamente reconhecido que o monitoramento externo dos locais de detenção constitui uma das medidas mais eficazes de prevenção contra a tortura. Segundo ele, as inspeções devem ser regulares e sem aviso prévio, e todo esforço deve ser feito para que possa haver comunicação direta e confidencial com as pessoas presas ou detidas²³³. Embora se reconheça a existência de uma variedade de organismos estatais responsáveis pelo monitoramento destes estabelecimentos – tais como o Ministério Público, o Judiciário, o Conselho da Comunidade, o Conselho Penitenciário, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Departamento Penitenciário (DEPEN), as Defensorias Públicas, entre outros –, a verdade é que seus membros estão sobrecarregados de atividades e que as visitas aos locais de detenção não são o único propósito para o qual foram criados²³⁴. Uma vez que os organismos existentes não dão conta de fiscalizar todos estes locais e que isso colabora significativamente para a continuidade da prática de tortura no Brasil, conforme expôs Nancy Cardia²³⁵, resta clara a urgência de se implementar mecanismos específicos para o desenvolvimento desta tarefa²³⁶.

²³¹ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 479.

²³² STF, Súmula Vinculante 14 - É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

²³³ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 159.

²³⁴ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

²³⁵ CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**, pg. 347.

²³⁶ Outra possibilidade seria investir mais recursos e atenção do Estado nos organismos já existentes, em consideração à crítica feita por Luciano Mariz Maia. Contudo, defende-se a criação de um mecanismo

A melhor proposta neste sentido – defendida pelo presente trabalho –, é o estabelecimento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, de acordo com o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura da ONU, ratificado pelo Brasil em 2007. As principais características do mecanismo previsto por este Protocolo são a sua independência funcional em relação às autoridades estatais, a regularidade das visitas realizadas, o acesso irrestrito aos locais de detenção, a possibilidade de realizar visitas sem anúncio prévio, o acesso a todas as informações que digam respeito aos indivíduos detidos, a possibilidade de realizar entrevistas reservadas com os detidos e com os próprios funcionários do local, a habilitação adequada de seus profissionais e a possibilidade de elaborar relatórios e recomendações para as autoridades, que devem considerá-los seriamente e atuar no sentido de cumprir as medidas indicadas²³⁷. Acredita-se que a existência de um mecanismo de prevenção como este pode ser essencial no combate à tortura, principalmente tendo em vista que a privação de liberdade, pela dificuldade na realização de denúncias, torna os indivíduos especialmente vulneráveis à sua prática²³⁸.

É interessante, a fim de se demonstrar o quão essencial pode ser a existência de um mecanismo de fiscalização com essas características, observar a atuação da Pastoral Carcerária. Esta instituição cumpre um importante papel de monitoramento dos locais de detenção em alguns estados brasileiros, e já conseguiu reduzir consideravelmente os casos de tortura onde atuou, identificando e buscando soluções para situações particularmente problemáticas. A maneira como os agentes da Pastoral realizam este trabalho mostra que, quanto mais ela tenta se aproximar daquelas características previstas no Protocolo da ONU – como, por exemplo, a regularidade das visitas, o acesso irrestrito e a confidencialidade das conversas –, mais eficiente é o trabalho realizado. Contudo, a verdade é que a Pastoral enfrenta uma série de dificuldades práticas, como, por exemplo, depender basicamente da ajuda

independente e com o propósito específico de fiscalizar estes ambientes, uma vez que tal medida parece prometer resultados mais significativos. Sobre as considerações de Maia acerca da falta de atenção dos poderes públicos aos organismos de fiscalização citados, ver MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

²³⁷ Para uma exposição mais detalhada acerca destas características e da maneira como o respeito às garantias e prerrogativas do mecanismo é essencial para o seu bom funcionamento, ver PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

²³⁸ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

de voluntários – que nem sempre possuem o preparo necessário –, não possuir uma estrutura adequada, não ter como única tarefa a realização de tais visitas, e ter eventualmente o seu acesso aos locais de detenção negado. Isso mostra, como bem apontado pela própria Pastoral, a importância e urgência da implantação do Mecanismo Nacional de Prevenção²³⁹. Ele poderá desenvolver suas próprias estratégias com base nas experiências de mecanismos que já deram certo – como a Pastoral Carcerária ou o Comitê Europeu contra a Tortura²⁴⁰ –, e terá o diferencial de contar com as garantias asseguradas pelo Protocolo, o que lhe permitirá ter uma atuação particularmente eficiente.

Quanto às obrigações assumidas pelo governo brasileiro quando da ratificação do Protocolo da ONU, note-se que, embora o instrumento determine que aqueles países que se comprometam com suas disposições devem instituir os Mecanismos Nacionais de Prevenção em até 1 ano da data da ratificação²⁴¹, a verdade é que a sua criação por lei no Brasil se deu somente em 2013, através da lei nº 12.847²⁴². Mais recentemente, em 17 de setembro de 2014, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura instituiu a Comissão de Seleção para os membros do mecanismo²⁴³, o que indica que a Secretaria de Direitos Humanos está caminhando no sentido de finalmente consolidar este mecanismo. É importante recordar, no entanto, que para que ele possa funcionar adequadamente, é fundamental que receba recursos suficientes, que conte com peritos independentes, que sejam respeitadas as suas prerrogativas e que receba apoio político de todas as instâncias do governo²⁴⁴.

²³⁹ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

²⁴⁰ MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal.** [on line]

²⁴¹ Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, artigo 17 - Cada Estado-Parte deverá manter, designar ou estabelecer, dentro de um ano da entrada em vigor do presente Protocolo ou de sua ratificação ou adesão, um ou mais mecanismos preventivos nacionais independentes para a prevenção da tortura em nível doméstico. Mecanismos estabelecidos através de unidades descentralizadas poderão ser designados como mecanismos preventivos nacionais para os fins do presente Protocolo se estiverem em conformidade com suas disposições.

²⁴² É importante notar, contudo, que alguns estados brasileiros já se encontravam mais adiantados neste processo, criando mecanismos estaduais de prevenção. Dentre os primeiros estados a aprovarem leis neste sentido foram Alagoas, em 2009, Rio de Janeiro, em 2010, e Paraíba, em 2011. Sobre estes mecanismos estaduais, ver FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 32.

²⁴³ Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, resolução nº 2, de 17 de setembro de 2014, disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/78125823/dou-secao-1-13-10-2014-pg-7>>.

²⁴⁴ HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado.** [on line]

Além da importância de se fiscalizar os locais de detenção, é essencial ainda que algumas medidas sejam tomadas no sentido de facilitar a produção de provas sobre a tortura. Afinal, uma vez que a tortura costuma ocorrer em lugares fechados e sem a presença de testemunhas imparciais – além de ser comum os torturadores ocultarem sua identidade perante as vítimas –, pode ser bastante difícil comprovar estes crimes²⁴⁵. Considerando-se que a maior parte dos processos de tortura são arquivados diante da insuficiência de provas²⁴⁶, é fundamental que sejam adotadas estratégias para se lidar com esta questão. Primeiramente, seria interessante que todos os interrogatórios realizados fossem gravados – preferencialmente no formato de vídeo – e que fossem incluídas nos registros a identidade de todos os presentes, conforme recomendação do Relator Especial sobre a Tortura da ONU em 2001²⁴⁷. Além disso, é importante que sejam mantidos registros oficiais dos detidos, nos quais sejam relatados todos os aspectos da custódia e todas as medidas tomadas em relação a cada um deles. Estes registros, de acordo com a Anistia Internacional, devem estar sempre disponíveis para os advogados e familiares dos detidos, ou a qualquer um que tenha legítimo interesse²⁴⁸.

A medida mais importante no que se refere à produção de provas sobre a tortura, no entanto, diz respeito ao exame de corpo de delito. Segundo a pesquisadora Maria Gorete Marques de Jesus, os laudos deste exame são fundamentais para se comprovar a materialidade do crime e possibilitar a responsabilização dos torturadores. No entanto, ela afirma que é bastante comum que os laudos sejam prejudicados por causa do lapso temporal transcorrido entre a data dos fatos e a de realização do exame, o qual por vezes chega a meses²⁴⁹. Por este motivo, recomenda-se a obrigatoriedade de realização de exames médicos quando da chegada de cada novo indivíduo ao local de detenção, assim como toda vez que houver a sua transferência para

²⁴⁵ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 111.

²⁴⁶ JESUS, Maria Gorete Marques de. **Tortura: Como São Julgados Esses Crimes...**, pg. 418.

²⁴⁷ RELATOR ESPECIAL SOBRE A TORTURA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a Tortura no Brasil**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/relatorio-sobre-a-tortura-no-brasil-2001.html>>. Última atualização em 31 de outubro de 2014.

²⁴⁸ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

²⁴⁹ JESUS, Maria Gorete Marques de. **Tortura: Como São Julgados Esses Crimes...**, pg. 416.

outro local²⁵⁰. Ao defender esta ideia, Conor Foley afirma ser fundamental que os médicos possam realizar os exames de maneira independente e com privacidade, a fim de que o examinado não se sinta intimidado e tenha liberdade para falar sobre possíveis violências sofridas²⁵¹. Uma vez que a entrevista com o médico seja feita sem interferências e pressões, ele poderá, através de seus conhecimentos científicos, identificar a natureza das lesões sofridas e confirmar a verossimilhança ou não com as alegações de tortura²⁵². Tendo em mente, ainda, que nem todo abuso ocasiona lesões físicas e que tem se tornado cada vez mais comum a tortura psicológica, seria importante que, além do médico, fosse garantida aos detidos o atendimento com psicólogos. Note-se, no entanto, que nenhuma destas possibilidades está especificada na legislação brasileira. Assim, embora autores como Luciano Mariz Maia defendam que o exame médico logo no início da custódia é abarcado pelo artigo 43 da Lei de Execução Penal²⁵³ e pela garantia constitucional da ampla defesa²⁵⁴, defende-se que deveria haver uma mudança legislativa no sentido de se incluir o direito do detido e a obrigação do Estado de garantir imediato atendimento médico e psicológico a todo indivíduo que seja levado e mantido em custódia policial.

É importante destacar ainda o fato de que a investigação dos crimes de tortura é feita pela mesma polícia que é normalmente acusada de praticá-la, sendo possível concluir que boa parte dos casos investigados não chega sequer a ser analisada pela Justiça – e quando o são possuem fraca instrução probatória e levam frequentemente à absolvição por falta de provas²⁵⁵. Neste sentido, Maria Gorete Marques de Jesus afirma que o fato de policiais civis serem os responsáveis pela maioria das investigações torna duvidosa a apuração dos fatos e que o número de condenações destes policiais é proporcionalmente bastante inferior se comparado ao de outros agentes do

²⁵⁰ Sobre os benefícios desta medida, ver FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 132.

²⁵¹ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 116.

²⁵² MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

²⁵³ Lei de Execução Penal, artigo 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

²⁵⁴ MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal**. [on line]

²⁵⁵ POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil...**, pg. 461.

Estado²⁵⁶. É por este motivo que a Anistia Internacional defende a existência de mecanismos eficientes e independentes de investigação e processamento dos torturadores²⁵⁷. Sobre o tema, a Pastoral Carcerária também se manifesta recomendando a criação de uma delegacia própria para a apuração dos casos de tortura, com independência funcional em relação à Secretaria de Segurança Pública²⁵⁸. Esta poderia ser, portanto, mais uma medida adotada para garantir a produção de provas sobre os crimes de tortura.

Outro importante passo a ser dado no combate à tortura diz respeito a garantir o adequado funcionamento dos mecanismos de proteção de vítimas e demais testemunhas que venham a denunciar torturadores. É preciso ter em mente a condição de especial vulnerabilidade dos indivíduos torturados, uma vez que se encontram submetidos à tutela daqueles que os torturaram e podem sofrer ameaças com o intuito de impedi-los de relatar o ocorrido em juízo²⁵⁹. A principal sugestão, neste sentido, diz respeito à transferência do indivíduo para outro local de detenção ou, em casos mais extremos, incluí-lo em programas de proteção a testemunhas²⁶⁰. Outra medida poderia incluir, ainda, o afastamento do próprio agente estatal denunciado da situação de autoridade na qual está investido, o que seria útil tanto no que se refere a proteger o denunciante e demais vítimas em potencial quanto para impedir que ele interfira negativamente na instrução criminal²⁶¹. De todo modo, não podem ser ignorados os riscos assumidos pelas vítimas que denunciam as torturas, devendo o Estado providenciar medidas que garantam a sua segurança.

Por fim, uma última sugestão de mudança – relacionada principalmente com os efeitos da tortura, e não tanto com a sua prevenção – refere-se à urgência da alteração legislativa que determine a necessária exclusão das peças do Inquérito Policial de dentro do processo penal. Como bem exposto pelo professor Aury Lopes Junior, o Inquérito Policial tem como único objetivo permitir o juízo de pré-admissibilidade, de modo que as provas produzidas durante a investigação preliminar possuem tão somente uma função

²⁵⁶ JESUS, Maria Gorete Marques de. **Tortura: Como São Julgados Esses Crimes...**, pg. 409.

²⁵⁷ AMNESTY INTERNATIONAL. **Torture in 2014...** [on line]

²⁵⁸ PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura...** [on line]

²⁵⁹ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 119.

²⁶⁰ FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura...**, pg. 118-119.

²⁶¹ MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal.** [on line]

endoprocedimental²⁶². No entanto, a partir do momento em que estes documentos acompanham a denúncia e passam a integrar os autos do processo, não há dúvidas de que eles contaminam o consciente e o inconsciente do juiz, interferindo profundamente na sua maneira de perceber o caso a ser julgado²⁶³. Isso quando as provas produzidas no Inquérito não são utilizadas expressamente para embasar a sentença condenatória, ao serem cotejadas com os elementos do processo²⁶⁴. O grande perigo, dentro do tema ora analisado, de se permitir a utilização de provas produzidas no Inquérito é a possibilidade de se admitir como fundamento principal da condenação uma confissão obtida mediante tortura.

Assim, seguindo o entendimento do professor, defende-se a obrigatoriedade da exclusão do Inquérito Policial dos autos do processo, a fim de se garantir que a valoração probatória recairá somente sobre os atos praticados na fase processual e com respeito a todas as garantias²⁶⁵. Enquanto isso não ocorre, no entanto, seria aconselhável que os juízes tivessem consciência acerca da realidade brasileira, na qual a tortura e outras formas de abuso são constantemente noticiadas, e desconsiderassem qualquer eventual confissão obtida durante o Inquérito. Ao invés de olharem com desconfiança e relutância para os acusados que se retratam em juízo – o que, de acordo com Vanessa Chiari Gonçalves, é bastante comum²⁶⁶ –, deveriam presumir a coação e declarar a respectiva nulidade daquela confissão²⁶⁷.

A partir do exposto, é possível perceber que existem diversas formas de se combater a prática da tortura nas delegacias brasileiras de hoje. Ao mesmo tempo em que temos caminhos importantes a serem percorridos para se alcançar uma verdadeira e necessária transformação cultural, uma série de

²⁶² LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 318-319.

²⁶³ Ao tratar sobre este perigo de contaminação do juiz pelas provas produzidas durante a investigação preliminar, o professor Aury Lopes Junior ressalta que tal situação é ainda mais grave no Tribunal do Júri, uma vez que os jurados julgam por convicção íntima sem precisar fundamentar suas decisões. Ver LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 331.

²⁶⁴ De acordo com Aury Lopes Junior, esta perigosa tradição consolidada na prática jurídica brasileira foi reforçada e legitimada pelo artigo 155 do Código de Processo Penal brasileiro, após sua alteração em 2008, o qual passou a admitir expressamente o uso de elementos do inquérito pelo juiz para formar sua convicção, desde que não exclusivamente. Ver LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 302-304.

²⁶⁵ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 416.

²⁶⁶ GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída...**, pg. 68.

²⁶⁷ LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar...**, pg. 302.

medidas práticas podem trazer resultados rápidos no que se refere à redução dos riscos de submissão dos detidos à tortura. Resta clara, portanto, a importância das medidas apresentadas.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a tortura praticada atualmente nas delegacias brasileiras a partir de um olhar crítico, buscando questionar algumas visões comuns sobre o tema, entender o que sustenta este crime ainda hoje e propor algumas formas possíveis de se combater a sua prática. Considerando-se os números crescentes de denúncias, a solicitação de providências por parte de organizações internacionais e o reconhecimento do próprio governo brasileiro acerca do desafio que estas violações representam, resta clara a atualidade e importância do tema escolhido.

Em um primeiro momento, foram brevemente relatadas as principais medidas adotadas pelo Brasil nas últimas décadas, tanto em âmbito interno como externo, a fim de se demonstrar o comprometimento do governo brasileiro com o tema. Apontou-se, ainda, que, embora as iniciativas do país apontem para uma atitude aberta e preocupada, elas não foram eficientes no que se refere a solucionar o problema. A tortura não só continua ocorrendo, como inclusive conta com o apoio de parcela considerável da população – o que indica que não só na prática, mas inclusive no próprio discurso, a sua rejeição ainda não está consolidada.

Na sequência, foi exposta a justificativa frequentemente apresentada para a ocorrência deste tipo de violação, a qual está relacionada à busca da verdade. É comum que se argumente pela necessidade da tortura a fim de se extrair confissões ou informações importantes de indivíduos suspeitos da prática de delitos, como se a tortura fosse utilizada na medida em que buscasse tais resultados. É neste sentido, inclusive, que se costuma relacionar a tortura contemporânea com aquela praticada nas Idades Média e Moderna, como se aquela fosse herança destas. No entanto, através da análise realizada, buscou-se demonstrar o equívoco de ambas as afirmações. Foi defendido, ao contrário disso, que, diferentemente da prática de outras épocas, a tortura contemporânea não está interessada na verdade, mas sim na humilhação e aniquilação da personalidade do torturado. Afinal, se existe o reconhecimento dos efeitos devastadores que ela pode provocar sobre suas vítimas e a consciência da grande probabilidade de se obter informações falsas e de se condenar um inocente, não é possível justificar a sua permanência

senão a partir da motivação de destruição daqueles indivíduos. Foi neste momento que se inseriu a necessidade de negar a verdade como função do processo penal ou característica das sentenças, desconstruindo seu mito.

Ao longo do segundo capítulo, foram analisados os três pilares de sustentação da prática da tortura contemporânea. Primeiramente, apontou-se a banalização da violência em nossa sociedade atual, a qual está relacionada à incapacidade de reflexão e à negação das responsabilidades individuais. Além disso, abordou-se a questão da desvalorização da figura do infrator, que passa a ser visto como inimigo da sociedade, contra o qual toda violência é justificável. Por fim, foi analisada a crise vivida atualmente pelas instituições policiais, sobretudo no que se refere à sua militarização – o que faz com que os policiais sejam treinados dentro de uma lógica de guerra interna, essencialmente incompatível com uma atuação guiada pelo respeito aos direitos humanos.

Algumas propostas foram então apresentadas a fim de se combater a prática da tortura contemporânea. Neste sentido, defendeu-se que somente uma transformação cultural profunda poderá atuar nas causas deste crime, o que envolve derrubar os três pilares anteriormente apresentados. Seria necessária, para isso, uma mudança de percepção em relação ao outro, na qual os membros da comunidade o percebessem enquanto igual e se sentissem responsáveis por ele. Além disso, o discurso que busca identificar o infrator como inimigo da sociedade deveria ser rejeitado, através da desconstrução de preconceitos e do reforço de sua inclusão como sujeito de direito. Por fim, seria fundamental repensar o papel da polícia em nossa sociedade, para que ela pudesse atuar em defesa dos direitos humanos e em benefício de todos os cidadãos.

Para além dessas mudanças culturais, algumas medidas pontuais foram sugeridas a fim de se reduzir os riscos de ocorrência da tortura nas delegacias brasileiras, tais como a condução imediata do detido ao juiz, a garantia de defesa técnica desde o primeiro interrogatório, a fiscalização adequada dos locais de detenção, a proteção contra possíveis retaliações e algumas estratégias a fim de se garantir a adequada produção de provas sobre o crime. Uma vez que todas estas recomendações sejam atendidas, acredita-se que o problema da tortura estará muito mais perto de ser solucionado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Raízes históricas da violência policial**. Juízes para a democracia. São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, n. 63, p. 12, 2014.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Violência e cordialidade no Brasil**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/angela9.htm>>. Última atualização em 17 de agosto de 2014.

AMNESTY INTERNATIONAL. Relatório de maio de 2014. **Torture in 2014: 30 years of broken promises**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <www.amnesty.org/en/library/asset/ACT40/004/2014/en/96fde57f-61d9-487b-90dc-7da21c6c505d/act400042014en.pdf>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

AMNESTY INTERNATIONAL. Resultado de pesquisa global realizada entre dezembro de 2013 e abril de 2014. **Attitudes to torture**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/ACT40/005/2014/en/571ddea2-66dd-4f77-81e3-053339d3a096/act400052014en.pdf>>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

ANGELO, Ivan. **A casa de vidro**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<file:///C:/Users/Isadora/Downloads/Contos+Cru%C3%A9is.pdf>>. Última atualização em 06 de setembro de 2014.

ANSART, Pierre. **Hannah Arendt: a obscuridade dos ódios públicos**. In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 17-33.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BATISTA, Nilo. **Os sistemas penais brasileiros**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<file:///C:/Users/Isadora/Downloads/Nilo.pdf>>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. **A tortura como cultura**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://www.asa.org.br/mostra_sessao_boletim.php?id_boletim=58&id_sessao_boletim=105>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Nascer nos cárceres do Santo Ofício**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/478/1/IsabelDrumondBraga_p435-447.pdf>. Última atualização em 26 de junho de 2014.

CARDIA, Nancy (Coord.). **Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>>. Última atualização em 11 de setembro de 2014.

CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 315-358.

CASANOVA, Marco. **Do domínio do impessoal à banalidade do mal**. In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 321-331.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia e os direitos humanos: estratégias de ação**. In: Nilo Batista (Dir.). *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999, 211-224.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Outros aspectos da criminalidade da polícia**. In: Nilo Batista (Dir.). *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998, 179-193.

FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura: um manual para juízes, promotores, defensores públicos e advogados**. Brasília: International Bar Association (IBA)/Ministério das Relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONÇALVES, Vanessa Chiari. **A tortura como violência instituída e instrumento para a simulação do réu confesso**. Curitiba, 2011, 272 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná.

HAROCHE, Claudine. **Reflexões sobre a personalidade não totalitária**. In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 295-308.

HUMAN RIGHTS WATCH. Carta ao Congresso Nacional. **Brasil: Proteja Pessoas sob a Custódia do Estado.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: < <http://www.hrw.org/node/127676> >. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brasil: Reformas Foram Insuficientes para Coibir Tortura.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.hrw.org/pt/news/2014/07/28/brasil-reformas-foram-insuficientes-para-coibir-tortura>>. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **Tortura: Como São Julgados Esses Crimes no Sistema de Justiça.** In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). Tortura na Era dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 391-435.

JOFFILY, Mariana. **Mecânica do Interrogatório Político.** In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). Tortura na Era dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 359-390.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <http://ensinarfilosofia.com.br/___pdfs/e_livros/47.pdf>. Última atualização em 17 de agosto de 2014.

KARAM, Maria Lúcia. **Segurança pública e processo de democratização.** In: Nilo Batista (Dir.). Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998, 169-178.

LEISTER, Margareth Anne; COSTA, Arlei da. **“A Banalidade do Mal”: Uma releitura da expressão criada por Hannah Arendt.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A_banalidade_do_mal_-_uma_releitura_da_expressao_criada_por_Hannah_Arendt-libre.pdf>. Última atualização em 18 de agosto de 2014.

LOPES JUNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Investigação preliminar no processo penal.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAIA, Luciano Mariz. **Tortura no Brasil: a banalidade do mal.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/latina/maia.htm>. Última atualização em 17 de julho de 2014.

MIR, Luís. **Guerra civil: estado e trauma.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MUNERATTO, Bruno Gustavo. **A Nova “Banalidade do Mal”: O retorno de Hannah Arendt e a morte do Chapolin Colorado.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A%20Nova%20E2%80%9CBanalidade%20do%20Mal%E2%80%9D%20%20O%20retorno%20de%20Hannah%20Arendt%20e%20a%20morte%20do%20Chapolin%20Colorado.%20%20%20Hist%C3%B3ria%20em%20Perspectiva.htm>>. Última atualização em 26 de outubro de 2014.

NEHER, Waldemar. **Crime de tortura no direito brasileiro**. Curitiba, 2004, 55 f. Monografia (Pós-Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

OLIVEIRA, Ana Flávia. **Denúncias de tortura praticada por agentes públicos crescem 21% em 2013**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-07-29/denuncias-de-tortura-praticada-por-agentes-publicos-crescem-21-em-2013.html>>. Última atualização em 09 de agosto de 2014.

PASTORAL CARCERÁRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório sobre tortura: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para prevenção da tortura**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Relatorio_tortura_revisado1.pdf>. Última atualização em 17 de julho de 2014.

PAVARINI, Massimo. **Punir os inimigos: criminalidade, exclusão e insegurança**. Curitiba: LedZe, 2012.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. **Teoria da Pena e Execução Penal: Uma Introdução Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

POSSAS, Mariana Thorstensen. **Os Discursos Paradoxais sobre a Tortura no Brasil: Reflexões a partir da Criação da Lei n. 9.455/97**. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). *Tortura na Era dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 437-471.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

RELATOR ESPECIAL SOBRE A TORTURA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a Tortura no Brasil**. [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/relatorio-sobre-a-tortura-no-brasil-2001.html>>. Última atualização em 31 de outubro de 2014.

SÁ, Priscilla Placha. **Capitão Nascimento e Adolf Eichmann: ficção e realidade na violação aos direitos humanos**. In: Melissa Folmann; Danielle Annoni (Org.). *Direitos Humanos – Os 60 Anos da Declaração Universal da ONU*. Curitiba: Juruá, 2008, 321-334.

SABADELL, Ana Lucia. **Evoluções e rupturas no Processo Penal: a pesquisa historiográfico-jurídica sobre a tortura**. In: Vera Regina Pereira de Andrade (Org.). *Verso e reverso do controle penal: (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002, 15-35.

SABADELL, Ana Lucia. **Tormenta juris permissione: tortura e processo penal na Península Ibérica (séculos XVI – XVII)**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ouvidoria – Disque Direitos Humanos.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: < <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos> >. Última atualização em 10 de agosto de 2014.

SIQUEIRA, José Eduardo de. **Irreflexão e a banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt.** [on line] Disponível na Internet via WWW.URL: <file:///C:/Users/Isadora/Downloads/A5.pdf>. Última atualização em 18 de agosto de 2014.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

THOMPSON, Augusto Frederico Gaffrée. **Reforma da polícia: missão impossível.** In: Nilo Batista (Dir.). Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000, 243-248.

TRONCA, Italo Arnaldo. **Trinta anos de Brasil: história, ficção e violência a propósito da violência em Hannah Arendt.** In: André Duarte; Christina Lopreato; Marion Brepohl de Magalhães (Org.). A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, 309-320.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – ATTITUDES TO TORTURE	79
ANEXO 2 – DADOS DO DISQUE DIREITOS HUMANOS	87

STOP ~~TORTURE~~ GLOBAL SURVEY

ATTITUDES TO TORTURE



**AMNESTY
INTERNATIONAL**



A GLOBAL SURVEY OF MORE THAN 21,000 PEOPLE IN 21 COUNTRIES ACROSS EVERY CONTINENT REVEALS:

- Nearly half (44%) of respondents fear torture if taken into custody.
- The vast majority (82%) believe there should be clear laws against torture.
- Over a third (36%) believe that torture can be justified in some cases to protect the public.

GLOBAL SURVEY

A total of 21,221 citizens across 21 countries were interviewed face-to-face or by telephone between December 2013 and April 2014.

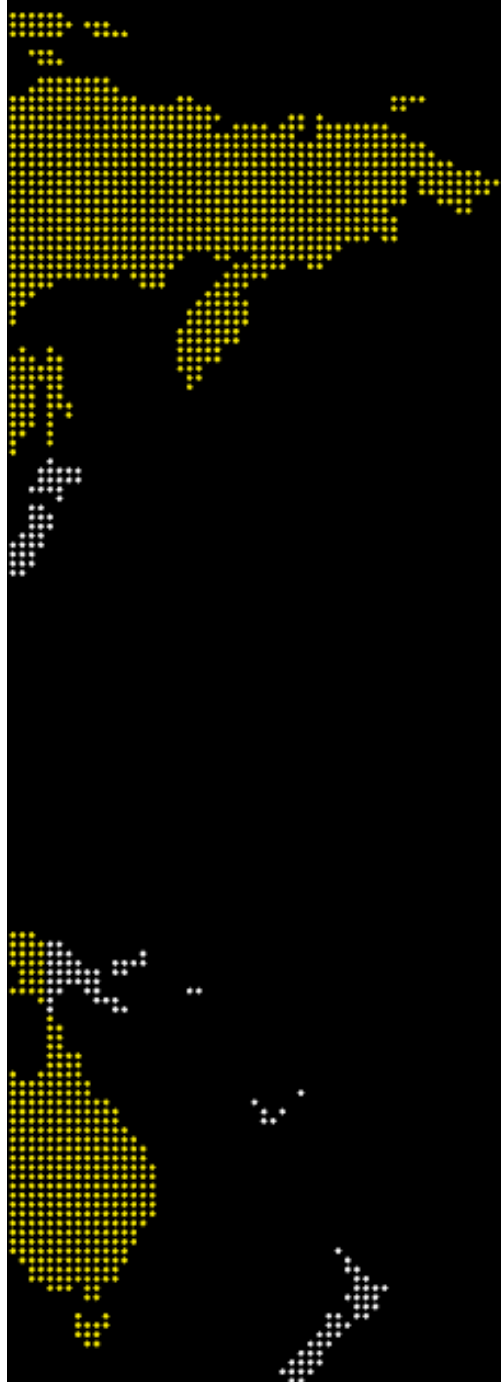
Respondents were asked if they strongly agree, somewhat agree, somewhat disagree, or strongly disagree with each of the following statements:

- 1) If I were taken into custody by the authorities in my country, I am confident that I would be safe.
- 2) Clear rules against torture are crucial because any use of torture is immoral and will weaken international human rights.
- 3) Torture is sometimes necessary and acceptable to gain information that may protect the public.

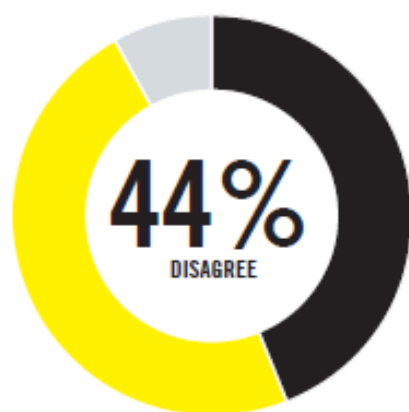
Countries: Argentina, Australia, Brazil, Canada, Chile, China, Germany, Greece, India, Indonesia, Kenya, Mexico, Nigeria, Pakistan, Peru, Russia, South Korea, Spain, Turkey, the UK, and the USA.

The survey was conducted for Amnesty International by the global research consultancy GlobeScan and its research partners in each country.

Percentages have been rounded to the nearest whole per cent and as such the displayed figures in charts may not always add up to 100%.



1. IF I WERE TAKEN INTO CUSTODY BY THE AUTHORITIES IN MY COUNTRY, I AM CONFIDENT THAT I WOULD BE SAFE FROM TORTURE

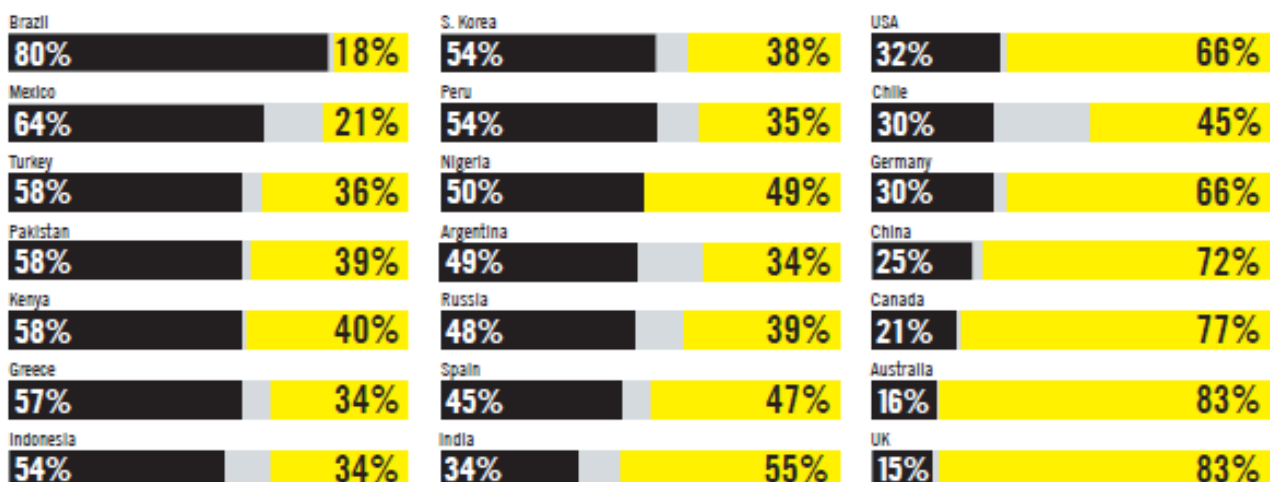
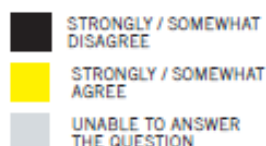


More than four in ten people do not feel safe from torture if taken into custody.



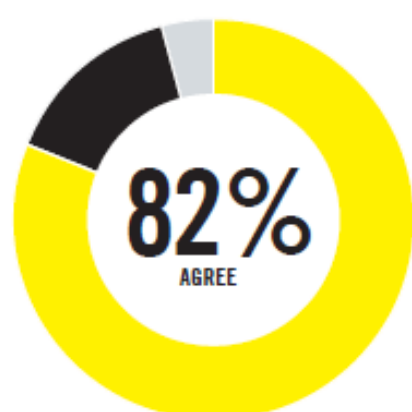
Fear of torture is highest in Brazil and Mexico, with the majority not confident that they would be safe if taken into custody.

Fear of torture is lowest in the UK, Australia and Canada, with over three quarters confident they would be safe from torture if taken into custody.



There are wide variations in perceptions of safety globally.

2. CLEAR RULES AGAINST TORTURE ARE CRUCIAL BECAUSE ANY USE OF TORTURE IS IMMORAL AND WILL WEAKEN INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS



Public opinion globally is in favour of international rules against torture.



STRONGLY AGREE



SOMEWHAT AGREE



SOMEWHAT DISAGREE



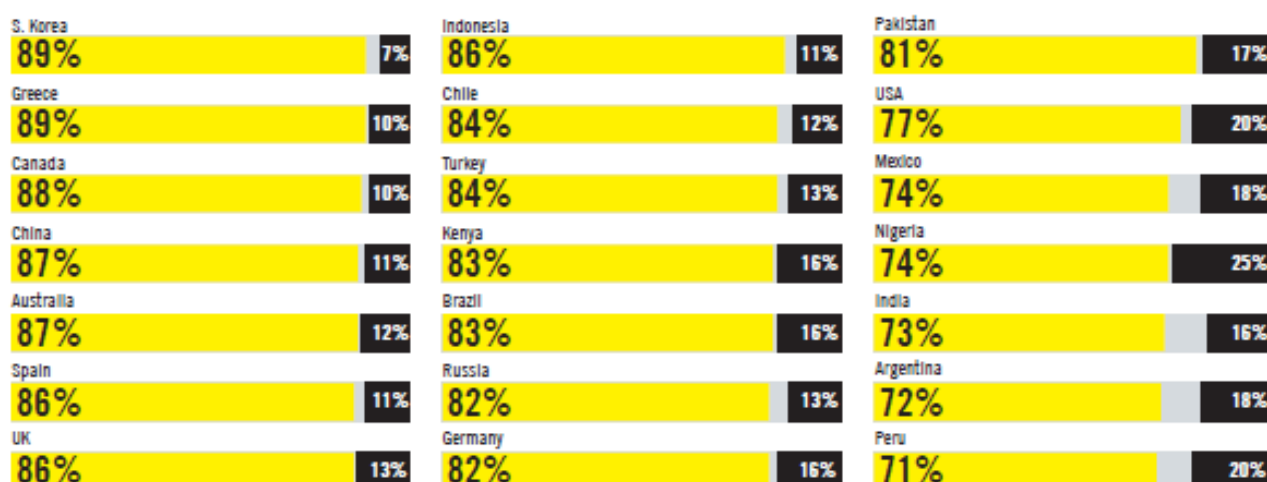
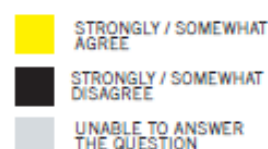
STRONGLY DISAGREE



UNABLE TO ANSWER THE QUESTION

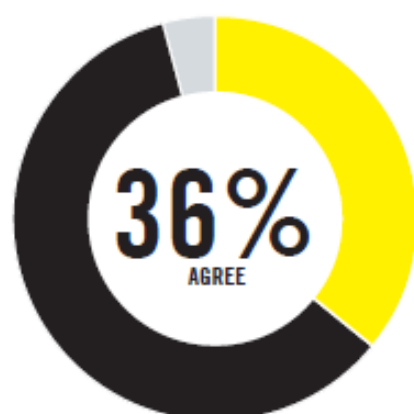
Support for international rules against torture is weakest in Argentina, India, Mexico, Nigeria and Peru – less than three quarters of people agree that international rules are necessary.

Support for international rules against torture is strongest in Greece, Germany, Spain, the UK, Australia, Canada, South Korea and Chile.



Overall, a majority in all countries supports rules against torture.

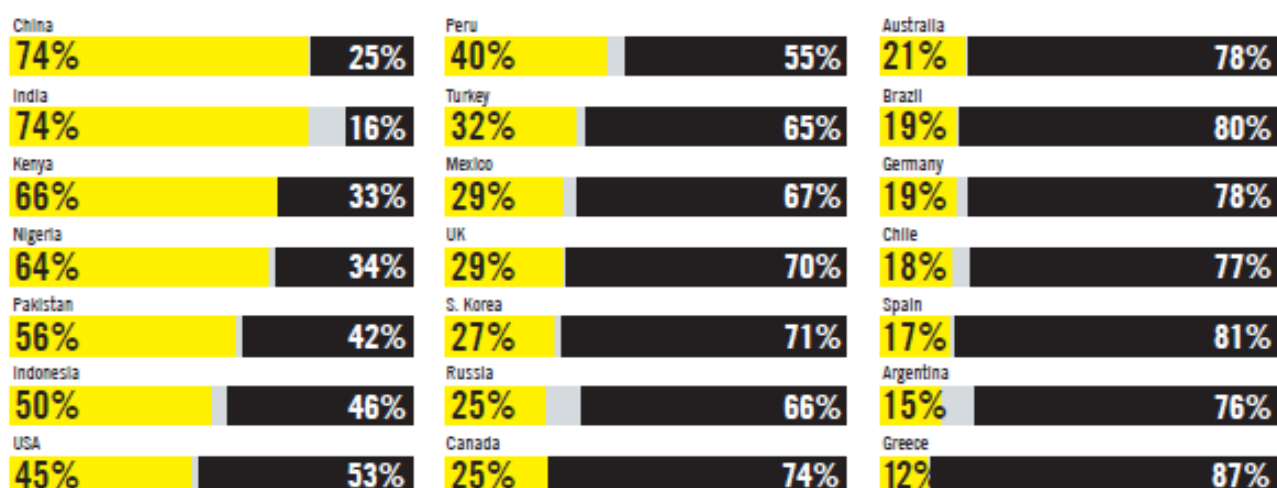
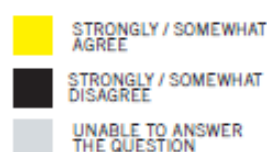
3. TORTURE IS SOMETIMES NECESSARY AND ACCEPTABLE TO GAIN INFORMATION THAT MAY PROTECT THE PUBLIC



Over a third believe that torture can be justified in some cases to protect the public.

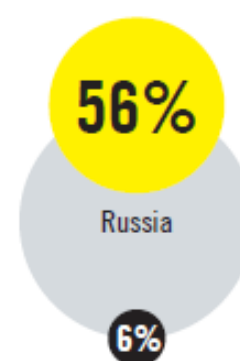
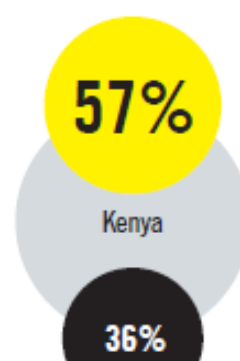
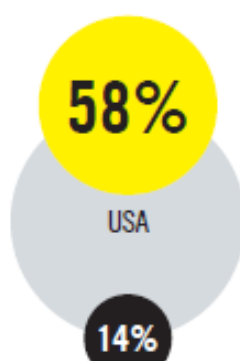
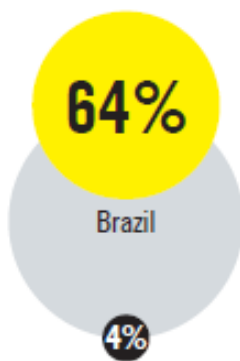
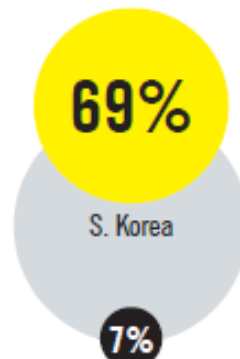
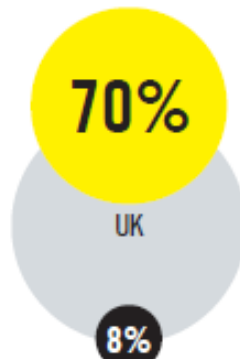
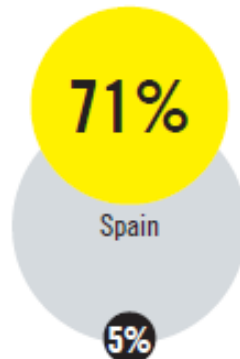
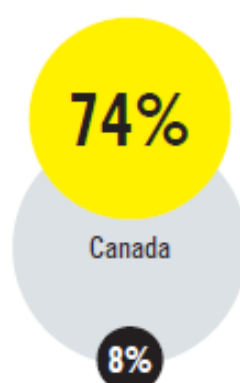
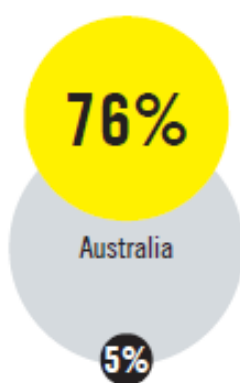
A majority of people surveyed in China and India feel that torture can sometimes be justified.

Greece, Argentina, Spain, Germany, Brazil and Chile most strongly feel that torture cannot be justified even to protect the public.



Global opinion is more divided on the use of torture to gain information.

SUPPORT FOR RULES AGAINST TORTURE VS. JUSTIFICATION



53%

Pakistan

16%

51%

Argentina

3%

49%

India

25%

47%

Indonesia

15%

43%

Peru

13%

41%

Nigeria

31%

38%

Turkey

5%

33%

China

31%

27%

Mexico

10%

STRONGLY AGREE WITH STATEMENT 1:

“Clear rules against torture are needed because any use of torture is immoral and will weaken international human rights”

STRONGLY AGREE WITH STATEMENT 2:

“Torture is sometimes necessary and acceptable to gain information that may protect the public”

GLOBESCAN

GlobeScan is a research consultancy providing global organizations with evidence-based insights to help them set strategy and shape their communications. Companies, multilateral institutions, governments and NGOs trust GlobeScan for our unique expertise across reputation management, sustainability and stakeholder relations.

GlobeScan conducts research in over 90 countries and is a signatory to the UN Global Compact. Established in 1987, GlobeScan is an independent, management-owned company with offices in Toronto, London and San Francisco. For more information, please visit www.GlobeScan.com

AMNESTY INTERNATIONAL

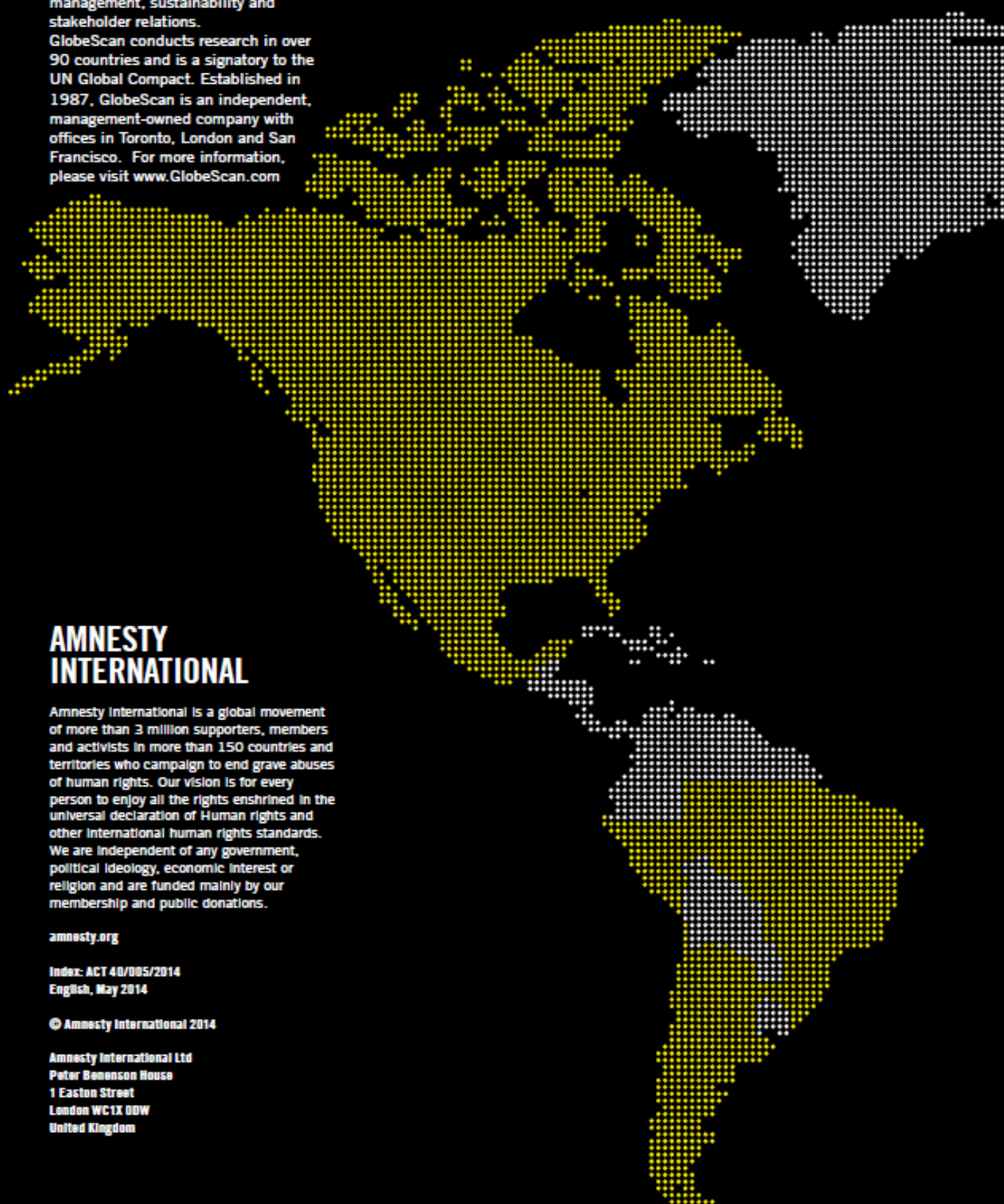
Amnesty International is a global movement of more than 3 million supporters, members and activists in more than 150 countries and territories who campaign to end grave abuses of human rights. Our vision is for every person to enjoy all the rights enshrined in the universal declaration of Human rights and other international human rights standards. We are independent of any government, political ideology, economic interest or religion and are funded mainly by our membership and public donations.

amnesty.org

Index: ACT 40/005/2014
English, May 2014

© Amnesty International 2014

Amnesty International Ltd
Peter Benenson House
1 Easton Street
London WC1X 0DW
United Kingdom



ANEXO 2 – DADOS DO DISQUE DIREITOS HUMANOS

Disque 100 - Ano 2011 - Tortura - Local da Violação																															
Local	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	NA	TOTAL	%		
Unidade Prisional - Presidio	1	3	2	1	12	9	7	10	15	6	61	10	17	8	10	43	11	12	20	12	6		14	33		89	2		414	53,15%	
Unidade Prisional - Cadeia Pública		2	1		6	4	2	2	8	1	23	4	3	1	6	10	3	3	5	3	2		2	3	3	30	1		128	16,43%	
Delegacia de Polícia		1	7		16	2	3	1	3	4	5	3	2	5	1		2	6	5	2	1			1	4			74	9,50%		
Delegacia de Polícia como Unidade Prisional	1	1	1		9	1		1	2	1	3		1	3				5	5				3	1	2			40	5,13%		
Outros		1			3	2	2		1	1	3	2	3	1		2	2	6	1	1	1	1			4	1		38	4,88%		
Casa da Vítima			1		5	1			1	4					1	1	1	2	1	1			1	1	3			24	3,08%		
Rua			1		2	1	4				5	1			2	1		1	1						2	1		22	2,82%		
Casa		1			2	1	1			1	1						1					1			3			12	1,54%		
Casa do Suspeito					2					1	1		1	2				1	1		1							10	1,28%		
Manicômio/Hospital Psiquiátrico/Casa de Saúde																		1					1		2			4	0,51%		
*Outros locais menos recorrentes	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	3	0	0	13	1,67%		
Total	3	9	13	1	57	21	20	14	30	19	107	20	27	20	20	56	17	31	47	20	12	1	19	42	6	142	5	0	779	100,00%	

[illegible]

Disque 100 - Ano 2012 - Tortura - Local da Violação																															
Local	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	NA	TOTAL	%	
Unidade Prisional - Presídio	1	3	5	2	10	9	55	16	25	9	107	25	31	16	22	74	6	23	74	10	11	3	28	30	5	188	7	2	797	47,44%	
Unidade Prisional - Cadeia Pública	1	3	8	1	11	9	19	13	26	4	44	10	22	13	16	22	5	15	24	9	3		15	11	5	70	1		380	22,62%	
Delegacia de Polícia			5		12	6	4		2	1	12	8			11		1	15	6	4	2			1	2	7	2		101	6,01%	
Outros	1		2		9	1	4	1	4	2	13	1	4	4	1	6	2	6	7		2		3	2		24	2		101	6,01%	
Delegacia de Polícia como Unidade Prisional			6		11	3		1	6	2	16	3	5		3	1	17	4	2				2	1	14	1			98	5,83%	
Rua					3	4	1	2		1	14	1	1	2	2	3	1	7	7	1			1	3		11	1		66	3,93%	
Casa da Vítima		1	2		9	1	1		1	1	4	3		1		5		1	1		1		5	2		14			53	3,15%	
Casa do Suspeito	1	1			2				1	1	2	1		1		1		3	4	2			2		1	2			25	1,49%	
Unidade de Medida Sócio Educativa							1		1		1					2			1		1		1	1		7	1		17	1,01%	
Casa			1		3	2	1				1	1			1											3			13	0,77%	
*Outros locais menos recorrentes	0	0	0	0	2	2	0	1	0	1	2	1	0	0	0	9	0	2	5	1	0	0	0	0	0	3	0	0	29	1,73%	
Total	4	8	29	3	72	37	86	34	66	22	216	54	63	48	45	123	15	89	133	29	20	3	55	52	14	343	15	2	1680	100,00%	

[illegible]

[illegible]